

Eduardo Frei

Com a recuperação da democracia em nosso país em 1990, teve início um período de profundas transformações que hoje nos colocam numa situação privilegiada no quadro das economias em desenvolvimento. As obras dos governos da Concertación (Coligação de Partidos para a Democracia) possibilitam ao país uma base sólida que lhe permite chegar a 2010, ano de seu bicentenário, como nação desenvolvida, em que haja oportunidades para todos os chilenos.

Na década passada, além da histórica passagem do autoritarismo para a democracia, duplicamos o tamanho da economia, reduzimos a pobreza à metade, criamos mais empregos do que qualquer outro período da nossa história, democratizamos os municípios, fizemos reformas revolucionárias tanto na educação como na justiça, enfrentamos a verdade das violações dos direitos humanos pela ditadura, construímos mais de um

milhão de moradias, transformamos a infra-estrutura física do país com a construção de novas estradas, de portos e aeroportos. Integramo-nos ao mundo. Melhoramos a condição de vida dos camponeses. Expandimos as comunicações e dignificamos a mulher e a família.

É claro que ainda há muito por fazer. Ainda que os cidadãos apreciem e valorizem o que fizemos, novas necessidades surgem todos os dias e exigem uma resposta rápida e eficiente. Entre elas, a mais premente, uma necessidade que, hoje em dia, é comum a todas as nações, é o problema do desemprego. Após uma década em que conseguimos reduzi-lo em 5%, voltou a aumentar em cerca de 10%, por força do forte impacto da crise do emprego. Reverter esse fato requer um compromisso de alcance nacional. Nos últimos dias, propus um grande pacto pelo emprego, do qual participem o governo, a oposição, a Concertación, os empresários e os trabalhadores. Conhecemos a experiência de outros países que passaram por problemas de altos índices de desemprego, inclusive em níveis superiores aos que temos hoje em dia, e que foram capazes de superá-los mediante um acordo entre todos os setores. Sejam honestos e não façamos falsas promessas. O desemprego de hoje não será resolvido no curto prazo, porque hoje ele é um problema definido como estrutural. Por isso, precisamos de um amplo acordo para chegar a um consenso sobre os projetos pró-emprego debatidos no Parlamento e, assim, poder gerar esses postos de trabalho que as pessoas solicitam urgentemente. Isso foi feito em alguns países europeus, como a Holanda, que em 1990 tinha um altíssimo índice de desemprego e, graças a um acordo social, pôde sair da crise. Os resultados estão à vista. Hoje, a Holanda possui um dos índices de desemprego mais baixos de toda a Europa, sendo um exemplo a ser imitado.

Também devemos redobrar nossos esforços para dar um rosto verdadeiramente humano ao progresso, de forma a acabar com as intoleráveis situações de pobreza, marginalidade e exclusão. Do contrário, perpetuaremos a existência de dois Chiles: um moderno e próspero e outro pobre, atrasado e sem oportunidades, que muitas vezes é a realidade que

encontramos em nossos países latino-americanos. Em quase doze anos do governo da Concertación, reduzimos a pobreza de mais de dois milhões de pessoas. A renda das famílias indigentes aumentou, em média, mais de 180% e a das famílias na linha de pobreza, mais de 60%. No final da década de 80, quando o presidente Aylwin assumiu, tínhamos 38,6% da população na linha de pobreza. Em 1987, chegamos a mais de 45%; hoje, essa faixa é de 21%. Em 1990, 12,9% dos habitantes estavam em situação de indigência. Hoje em dia, esse número diminuiu para 5,7%. Essas conquistas foram possíveis graças ao crescimento e aos programas governamentais que enfocaram diretamente os grupos mais pobres, que permitiram fortalecer sua capacidade e ampliar seu capital humano, social e comunitário. Sabemos que resta muito a ser feito. A pobreza ainda afeta mais de três milhões de chilenos.

O que mais nos preocupa é a distribuição desigual da renda. Enquanto 10% dos chilenos mais ricos concentram 42,7% da renda, os 10% mais pobres têm acesso a apenas 1,1%. Esses dados demonstram que não temos uma sociedade equitativa. Hoje, conhecemos mais a pobreza do que antes. Temos mais informação e sabemos como enfrentá-la em cada uma das realidades que ela apresenta. Entretanto, para fixarmos metas mais ambiciosas, precisamos de melhores diagnósticos, de amplos acordos políticos e de maiores gastos com educação, saúde e moradia. O meu governo, desde o seu início, teve um caráter eminentemente modernizador. Quando assumimos o cargo, propusemo-nos impulsionar as transformações que permitissem ao Chile dar um salto qualitativo de tal porte que lhe possibilitasse, em curto prazo, atingir o *status* de nação desenvolvida. Para isso, nossa principal preocupação foi uma responsabilidade especial na gestão da macroeconomia. Os resultados dessa política são evidentes. Nenhum outro governo da história chilena pode mostrar os números que alcancei, sobretudo nos quatro primeiros anos e meio de administração. Infelizmente, a crise asiática, que nos afetou a partir do segundo semestre de 1998, diminuiu a média de alguns indicadores devido ao forte impacto causado em nossa economia, sobretudo no

crescimento e no emprego. Entretanto, deixamos assentadas as bases para a reativação, de cuja presença já podemos avistar alguns sinais.

Durante o meu governo atingimos a média, considerando esse último ano (2001) que foi negativo, de 5,7% de crescimento, 6,1% de inflação, 7% de desemprego, superávit fiscal de 1,2%, formação bruta de capital de 24% do Produto Interno Bruto, poupança de 20,5% do PIB, déficit em contas correntes de 3,5% e taxa de exportação de bens e serviços de 9,5% reais ao ano. Também, para além dos números da pobreza que já mencionei, aumentaram enormemente os gastos públicos nas áreas da educação, da saúde e da habitação. E a renda real dos chilenos aumentou de 11,5 UF mensais *per capita*, em 1994, para 14,4 em 1999. Ou seja, estamos falando de números de valor igual: aumentamos a renda em quase 35%.

A crise asiática causou forte impacto sobre vários países latino-americanos. No Chile, os efeitos tornaram-se bastante visíveis a partir do segundo semestre de 1998. Incidiu fortemente nos preços de nossas exportações. Aumentou o custo do investimento produtivo e com isso aumentou o desemprego. Meu governo enfrentou a crise com seriedade e de forma responsável. Tivemos de fazer um ajuste duro, porém fizemo-lo de forma solidária. Nosso compromisso com as camadas mais pobres da população manteve-se inalterável. Não diminuimos um único peso nas despesas sociais. Isso nos permitiu entregar o governo ao presidente Lagos, em 2000, com uma economia saudável e em condições de retomar o caminho do crescimento. De fato, em 2000 o Chile cresceu 5,7%, isto é, muito acima da média mundial e dos países da região. A crise nos afetou, fundamentalmente, entre setembro e outubro de 1998, porém já em setembro de 1999 ostentávamos números positivos.

Meu mandato foi um período de revoluções que mudaram a face do Chile. Realizamos a reforma educacional, a reforma da justiça, a revolução das obras e a revolução da família. Expresso-me dessa forma porque esta foi a que usei em meu discurso de despedida diante do Palácio La Moneda, quando falei das quatro revoluções. Em primeiro lugar, imple-

mentamos de maneira vitoriosa uma reforma no sistema educacional, que continua em progresso e gira em torno de quatro eixos. Aprovamos um novo quadro de objetivos fundamentais e conteúdos mínimos para os oito anos de educação fundamental. No próximo ano, esse processo será completado com os cursos médios. Graças à melhoria da qualidade e à identidade da educação, pudemos ampliar a cobertura pré-escolar, aumentar a entrega de textos gratuitos, chegando, no final de 1999, a 7,3 milhões textos no ensino fundamental e 1,5 milhão no ensino médio. Ou seja, chegamos a praticamente dez milhões de textos entregues. Dotamos de bibliotecas subvencionadas cerca de 70 mil cursos de primeiro a oitavo ano no ensino fundamental. Instalamos laboratórios de informática conectados em rede em quase três mil estabelecimentos do ensino fundamental e 1 257 instituições do ensino médio. Foi o que se chamou “Programa Enlace”, destinado a levar a computação e a Internet às escolas chilenas. No final do meu governo, havíamos atingido cerca de 50% das escolas. Esse programa continua hoje em dia e calcula-se que, em 2003/2004, 100% das escolas estejam conectadas à rede “Enlace” e aos sistemas de Internet. Realizamos uma política contínua de aumento dos salários dos professores, mediante reajustes anuais de suas remunerações superiores ao aumento do custo de vida. Oferecemos-lhes cursos de aperfeiçoamento gratuitos em universidades e outras instituições e estabelecemos o programa de estágios e cursos no exterior, que favoreceu cerca de mil professores por ano. Por último, em 1999, 4,5 mil dos cerca de nove mil estabelecimentos de ensino fundamental e médio foram incorporados ao regime de jornada escolar integral, beneficiando mais de um milhão de alunos. Esse programa abre a possibilidade de que, até os anos 2003–2005, todas as escolas chilenas ofereçam período integral, manhã e tarde, aos seus alunos.

Outro fato fundamental foi a reforma do sistema judiciário, que não havia sofrido nenhuma mudança desde 1985. Projetamos e elaboramos os projetos de lei que transformaram o processo penal escrito, inquisitivo e secreto, num sistema oral, público e contraditório. Sua característica

principal é a separação da investigação e acusação da fase do julgamento propriamente dito, que até então eram realizadas por uma única pessoa, o juiz. Elaboramos a reforma constitucional que criou o ministério público e a lei orgânica constitucional, que lhe deu organização e funções. Esse processo culminou com a designação do procurador geral e dos promotores regionais na 4ª e 9ª regiões do país, onde o programa tinha começado; ele não começou em Santiago, mas em diversas outras regiões. Em outubro de 2001, foi ampliado para outras três regiões, e assim por diante. Esse programa reduziu os prazos judiciais, que em média eram de três a cinco anos no Chile, para uma média de quatro meses. Esse foi o impacto. E transformamos o sistema de denominação da Corte Suprema, incorporamos seis novos ministros, que vêm de fora da Corte Suprema, são advogados externos, com um sistema de qualificação, de tal maneira que atualmente a Corte Suprema não é constituída apenas pelos ministros de carreira judiciária, mas também por um conjunto de advogados externos que enriquecem o trabalho da Justiça.

Outro campo fundamental foi a revolução das obras. Não vou detalhar aqui o que foi cada uma delas porque muitos dos senhores não conhecem meu país, mas gostaria de mencionar algumas que me parecem fundamentais. A idéia consistiu em incorporar o investimento privado à infraestrutura por meio do sistema de concessão. Graças a esse sistema, entregamos estradas, portos, aeroportos e, no final do meu mandato, incorporamos também o investimento privado às obras sanitárias. Como os senhores sabem, na década de 80 e 90 o setor elétrico e o de telecomunicações foram privatizados, e nos comprometemos a incorporar cerca de quatro bilhões de dólares aos investimentos em infraestrutura, por meio de concessões ao setor privado. Para que tenham uma idéia, quatro bilhões de dólares equivalem a quatro orçamentos de obras públicas normais do país. No final do meu mandato, chegamos a um pouco mais de 6,5 bilhões de dólares de investimentos. Isso significou mudar na prática o *status* dos portos chilenos (o embaixador foi presidente de uma companhia portuária no Chile e conhece a questão). As obras

de irrigação e o sistema de aeroportos mudaram, oferecemos concessões a todos os principais aeroportos do país que atualmente estão modernizados, com novas pistas, novas instalações. E também estabelecemos um novo sistema de rodovias de La Serena a Puerto Montt e na entrada das principais cidades, ou seja, uma grande rodovia longitudinal de acesso às grandes cidades, Concepción, Valparaíso, San Antonio etc. E isso nos permitiu, por sua vez, destinar os recursos que o Estado utilizava nessa rodovia para a construção de estradas secundárias. Hoje, estamos construindo uma estrada pela costa e outra pela cordilheira.

Outro programa dessa magnitude, graças ao qual concentramos os gastos públicos no sistema de concessões com investimentos privados, nos permitiu realizar um amplo programa de água potável rural e eletrificação rural. Passamos de 40% para quase 85% ou 90% em termos de eletrificação rural no Chile. E, com o programa de água potável, hoje todas as moradias em comunidades com mais de 300 habitantes dispõem desse serviço. Construimos mais de 126 portos de pesca e pequenos aeródromos.

Simultaneamente, do ponto de vista da infra-estrutura – e é bom considerar isso na perspectiva de nossa integração – demos prioridade à construção de doze passagens fronteiriças com a Argentina, das quais seis estão em operação durante o ano inteiro, com asfalto. Como os senhores sabem, muitas dessas passagens ficavam fechadas durante o inverno devido à grande quantidade de neve. Hoje em dia, temos realmente cinco pavimentadas em operação durante praticamente todo o ano, e várias delas se incorporam às estradas bioceânicas que unem o norte do Chile com, por exemplo, a Bolívia, o Paraguai e o Brasil, logicamente.

O outro setor a que demos grande importância foi a questão da família e da dignidade da mulher. Por exemplo, fizemos uma reforma constitucional que estabeleceu, em termos explícitos, a igualdade jurídica entre homens e mulheres. Elaboramos várias leis. A lei de violência doméstica, que pune todo ato de violência no interior do lar, seja física ou psicológica. A lei de filiação, que reconhece a igualdade jurídica de todos os

filhos, nascidos dentro ou fora do casamento. A lei que modificou o regime de participação nos bens comuns e mudou o regime patrimonial no casamento, beneficiando basicamente as mulheres. Enviamos ao Congresso a lei que cria os tribunais de família, que está em plena discussão no parlamento. Publicamos a lei sobre a adoção de menores, que estabeleceu a igualdade de direitos dos filhos adotivos; a lei sobre maus tratos aos menores; a lei de crimes sexuais e, por último, a lei que proíbe o teste de gravidez para contratar mulheres nas empresas.

Outros avanços importantes foram a recuperação da rede de hospitais e de consultórios no âmbito nacional. Para mencionar apenas um número: atualmente no Chile, se somarmos hospitais, consultórios, centros de referência de saúde etc., existem mais ou menos 1 500 deles em todo o país, dos quais 500 foram construídos a partir de 1990. Ou seja, uma terça parte de toda a infra-estrutura hospitalar atual do Chile foi construída durante os governos da Concertación.

Na área da habitação, em meu governo, foram construídas 766 mil casas. Somadas às que foram construídas na gestão do presidente Aylwin, chegamos a um milhão de moradias construídas entre 1990 e 2000. Estamos falando de um milhão de casas para uma população de 15 milhões de habitantes, ou seja, praticamente uma de cada quatro famílias recebeu uma casa nova durante nosso mandato. Iniciamos o programa Chile Barrio para erradicar as favelas e assentamentos irregulares no país.

Enfim, há uma série de dados sobre a questão da modernização do Estado: sistema eletrônico de informação de compras públicas, a lei de probidade administrativa. Elevamos de 21% para 45% o investimento público, decidido pelas próprias regiões e não pelo governo central; formulamos uma política nacional para os idosos; pomos em execução a lei ambiental promulgada pelo presidente Aylwin no início de 1994: elaboramos seus regulamentos e passamos a aplicar a lei etc. São esses alguns dos avanços que realizamos.

A outra grande conquista de nosso governo nesses anos diz respeito às relações internacionais. Propusemos três linhas de ação: fortalecer o

processo de integração regional e entre vizinhos, implementar o processo de internacionalização de nossa economia, especialmente no âmbito dos acordos com as áreas do mundo com as quais o Chile tem uma relação econômica e política de maior envergadura, e consolidar nossa participação nos grandes temas globais. Nessa matéria, gostaria de destacar alguns dos feitos que me parecem fundamentais. Conseguimos estabelecer acordos de complementação econômica com todos os países da América Latina. O presidente Aylwin já havia assinado um acordo com o México e com a Colômbia e estava em fase de redação um terceiro, com o Equador. Demos continuidade ao processo e assinamos acordos com todos os países latino-americanos, com a América Central em conjunto, e, em 1994, quando fomos convidados a participar do Nafta, negociamos diretamente com o México e o Canadá. Esses acordos estão em plena evolução e desenvolvimento e, com relação ao México, 95% do comércio entre os chilenos e os mexicanos, atualmente, não sofrem qualquer tipo de barreira. A relação com o México tem sido tão importante que, no ano passado (2000), o México foi o segundo parceiro comercial do Chile, depois do Brasil, na América Latina, superando até mesmo o nosso parceiro tradicional, a Argentina, com quem temos uma relação bastante privilegiada. Ingressamos na Apec (Asia-Pacific Economic Cooperation), onde está mais ou menos uma terça parte de nosso comércio exterior, e também iniciamos negociações com a União Européia.

Outro salto qualitativo que me parece importante destacar é que solucionamos os conflitos pendentes com a Argentina e com o Peru, e iniciamos a solução do problema com a Bolívia. Como os senhores sabem, o último importante tratado do Chile com a Argentina era de 1881, isto é, tínhamos 120 anos de dificuldades. Depois de árduo trabalho, iniciado em 1992, conseguimos, com um acordo assinado pelo presidente Menem e pelo presidente Aylwin, em 1998, chegar a um consenso sobre a questão dos campos de Hielo Sur, uma extensão de mais de mil quilômetros de fronteira com a Argentina, pondo fim, desse modo, ao conflito com esse país vizinho que se arrastava por 120 anos. Simultaneamente, chegamos

a um acordo na área de mineração para explorar jazidas que estão na fronteira e também quanto às passagens fronteiriças bioceânicas, caso que já relatei. Levamos gás da Argentina para o Chile. Praticamente, os investimentos chilenos na Argentina superam, atualmente, 12 a 14 bilhões de dólares, quase 50% de todo o investimento externo das empresas chilenas, o que significa um enorme volume se considerarmos que o PIB do Chile é da ordem de 80 bilhões de dólares. Os investimentos das empresas chilenas na Argentina equivalem mais ou menos a 10% ou 15% do PIB de um ano, levando em conta que o total dos investimentos, 25 bilhões de dólares, significa mais ou menos 30% do PIB. Para colocar isso em cifras do Brasil, seria o mesmo que dizermos que os investimentos do Brasil em seus países vizinhos chegassem hoje em dia a cerca de cem bilhões de dólares. Este é o equivalente, para o tamanho de nossa economia, dos investimentos que o Chile tem no exterior, em todos os países vizinhos, somando os realizados na Argentina, no Brasil, na Bolívia, no Paraguai, no Uruguai e no Peru (onde os investimentos chegam a mais de três bilhões de dólares). Essa é a magnitude do esforço que fizemos. Portanto, a inserção internacional do Chile alcançou uma extensão e uma profundidade sem precedentes na história do país. Este resultado foi conseguido mediante uma ação decidida em cada uma das três modalidades da inserção internacional: a via unilateral, a multilateral e a inserção conjunta com países ou grupos de países.

Uma das grandes questões com o Mercosul sempre se referiu ao problema das tarifas. Quando assumi o governo, a tarifa chilena aduaneira era de 11%. Enviamos uma lei ao Congresso para diminuí-la um ponto por ano; assim, em 1º de janeiro de 2003 a tarifa chilena será de 6%; hoje é de 8%, mas, em função dos acordos internacionais que temos, está em cerca de 6,5%. Daí a questão da relação com o Mercosul, que vou mencionar mais tarde.

Por último, no final do meu mandato, assinamos o acordo com a América Central, iniciamos negociações de livre comércio com a Coreia e firmamos o início das negociações de um acordo de livre comércio

transpacífico com os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia e Cingapura.

Menciono todos esses pontos como informação geral sobre as tarefas básicas que realizamos em nosso governo. Antes de conversar e escutar algumas colocações ou consultas, gostaria de falar um pouco sobre o que foi a transição no Chile e outros temas de interesse.

Estou convencido de que o Chile realizou sua transição de forma exemplar. Nesses quase 12 anos que transcorreram desde o final da ditadura, o regime democrático está totalmente consolidado, não existe perigo de regressão, as instituições funcionam de acordo com o estabelecido por lei e impera no país o respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais. Se voltarmos aos anos 90, havia claramente dois temores bem concretos no momento em que o presidente Aylwin assumiu o poder: alguns previam o descalabro econômico e outros acreditavam que o novo governo não poderia basear sua autoridade nas Forças Armadas que tinham governado durante os últimos 17 anos. Acima de tudo, havia uma grande incerteza com relação à maneira de lidar com a questão das violações dos direitos humanos ocorridas durante a ditadura e à forma pela qual os militares reagiriam diante de eventuais julgamentos dos culpados por esses fatos. No entanto, os fatos demonstraram a maturidade e a responsabilidade com que os chilenos realizaram sua transição. O descalabro econômico prognosticado por alguns não ocorreu; ao contrário, tivemos a década mais importante em matéria de crescimento econômico da história chilena.

Também enfrentamos com valentia e decisão o imperativo moral de conhecer a verdade sobre as violações dos direitos humanos. O conteúdo do relatório da Comissão "Verdade e Reconciliação" é conhecido e aceito por todos. E aqueles que sofreram essas violações e seus familiares recorreram aos tribunais à procura de justiça. Um único ato: o Chile é o país latino-americano que chegou mais longe na busca da verdade e de justiça pelos terríveis fatos que aconteceram. Quantos países julgaram e condenaram o chefe do órgão de segurança da ditadura por suas respon-

sabilidades? Claramente digo que, pelo que sei, nenhum da América Latina. E os casos europeus, depois da ditadura de Franco ou do nazismo, são casos que ocorreram depois da guerra. Quando Pinochet foi preso em Londres, meu governo, por motivos de soberania, lutou nos tribunais ingleses para que ele fosse julgado no Chile pelos tribunais chilenos. Isso foi o que aconteceu. Ninguém acreditava, todos pensavam que não ia acontecer nada, e aí está a realidade: os tribunais chilenos funcionaram e ainda continuam trabalhando para esclarecer fatos fundamentais.

Por último, em 1999, com o ministro da Defesa Edmundo Pérez, iniciamos o que foi chamado de Mesa de Diálogo, da qual participaram as principais instituições das Forças Armadas, as principais igrejas do Chile e os principais advogados que tinham participado do processo contra a violação dos direitos humanos; a Mesa de Diálogo terminou durante o primeiro ano do governo do presidente Lagos, durante o qual foi reconhecida, pela primeira vez, a existência no passado de uma política repressiva de Estado, algo que nunca havia acontecido antes. Os processos estão nos tribunais; portanto, dizemos enfaticamente que o avanço do Chile em termos de democracia, em matéria de direitos humanos e de responsabilidade perante a justiça é de longe o maior que houve em qualquer nação latino-americana que sofreu o processo de regimes militares. Não estou, com isso, julgando ninguém, pois cada país faz a transição de seu jeito. Alguns fizeram-na por meio de plebiscitos; em outros casos, foram as guerras que a determinaram; mas, no caso chileno, os processos judiciais continuam em andamento até hoje.

Outras questões de que eu gostaria de falar também são os desafios econômicos e da integração. Quero acentuar que o Chile, no campo das relações econômicas internacionais, seguirá uma estratégia de regionalismo aberto. Ou seja: combinar elementos do aprofundamento de nossa abertura unilateral com a ampliação dos acordos multilaterais já firmados e com novos acordos de livre comércio. Esse enfoque levou-nos a privilegiar o fortalecimento dos laços políticos e econômicos com os demais países latino-americanos. Paralelamente, temos buscado acordos

de livre comércio com nossos principais parceiros no mundo. Esses acordos, de caráter bilateral ou de associação com um conjunto de países para formar uma zona de livre comércio, não podem ser excludentes, isto é, o Chile não deve ter restringida sua liberdade de negociar com diferentes parceiros comerciais que pertençam a outras regiões do mundo. Como disse, fizemos isso praticamente com toda a América Latina, com o México e com o Canadá especialmente.

O Chile se propôs aprofundar sua inserção internacional melhorando o acesso de produtos e serviços de maior valor agregado aos mercados de nossos principais parceiros comerciais, com regras estáveis e transparentes, e com mecanismos rápidos e eficientes de solução de controvérsias. Decidimos entrar na era da globalização com todas as cartas na mesa, assumindo seus benefícios e também suas complexidades. A única coisa que pedimos são normas claras para reduzir os riscos previsíveis associados às crises que podem surgir no exterior.

Quero frisar que nesse contexto, pela própria definição do Chile, e isso eu disse no meu primeiro discurso como presidente, o Mercosul tem imensa importância política, econômica, social e cultural. Por isso, sempre pensamos que todas as negociações que tenhamos de enfrentar nos diferentes cenários mundiais partem da existência de uma relação privilegiada com nossos vizinhos. Não podemos começar a discutir os grandes acordos comerciais com o resto do mundo se não tivermos uma relação privilegiada com nossos vizinhos, e esta tem sido a nossa política permanente. E, por isso, afirmamos que o Mercosul não se limita a um acordo que se esgota numa mera redução de tarifas. O que quero dizer é que, para nós, atualmente, o Mercosul não é um problema de tarifas, ou um problema econômico, mas, basicamente, constitui um problema político. No entanto, do ponto de vista comercial, também as sérias dificuldades econômicas dos últimos anos levaram o Mercosul a uma fase de perigosa estagnação, o que impediu que se constituísse no centro de uma articulação regional em áreas diferentes das derivadas da união aduaneira. A recessão que afetou as economias do Mercosul e questões

como a crise energética e a situação da Argentina fazem pensar que o esforço de integração é cada vez mais necessário. O que preocupa nessa conjuntura são seus efeitos sociais e as insuspeitadas repercussões que a crise pode causar no plano político. As crises obrigam os governos a adotar medidas econômicas protecionistas para responder às demandas setoriais, gerando tensões que enfraquecem o processo de integração. Nessa difícil realidade, faz-se necessário adotar todas as medidas que evitem as contínuas tensões comerciais entre seus membros e avançar na consolidação da integração sub-regional, de modo a transformar o Mercosul numa referência sólida e prestigiosa no mundo inteiro.

Entre essas medidas, gostaria de destacar as seguintes: 1) avançar no melhoramento da disciplina comercial dos países e na eliminação dos mecanismos que travam o comércio recíproco, como as restrições pára-tarifárias, os preços de referência, os direitos *antidumping*, os direitos compensatórios, as cláusulas de salvaguarda e os subsídios às exportações, entre outros; 2) criar um sistema de solução de controvérsias que dê mais transparência e estabilidade às regras do jogo para os operadores econômicos de nossos países; e 3) perseverar em nossos esforços para estabelecer uma maior coordenação de nossas políticas macroeconômicas, de maneira a minimizar o impacto das crises internas nas economias dos outros países associados.

Gostaria de mencionar também algumas questões que são de real interesse, como as políticas sociais, a cultura e os direitos humanos. Nós, países latino-americanos, temos de envidar grandes esforços para assegurar, em nossa região, a formação de sociedades capazes de crescer de forma sustentada e com melhores níveis de equidade. A democracia só será estável se for capaz de garantir condições de desenvolvimento e de igualdade a longo prazo. Infelizmente, embora os países da região tenham experimentado avanços no tocante aos graves problemas sociais derivados dos anos de autoritarismo, ainda persistem evidentes situações de iniquidade. Essa realidade constitui um enorme desafio à estabilidade, à profundidade e força do ideal democrático.

A desigualdade social erode a confiança nas instituições e aguça o conflito social. É intolerável comprovar que, enquanto alguns avançam e melhoram sua qualidade de vida, muitos outros não recebem os benefícios da modernidade e parecem resignados a viver condenados à pobreza, à marginalidade e ao desamparo. Nesse sentido, urge propor um novo pacto social que vincule o avanço material ao progresso social, cultural e espiritual. Na prática, isso se traduz em que, junto com as políticas de equilíbrio macroeconômico e a responsabilidade fiscal e monetária, que são fundamentais, sejamos capazes de impulsionar uma economia baseada no ser humano, que respeite sua integridade reconhecendo a dignidade do trabalho e sua proeminência sobre o capital, que reconheça a necessidade moral e social de um padrão de vida aceitável para todos e que incorpore a participação de certos atores sociais como uma forma de realização pessoal. Significa também postular um estado de equidade que abandone a saudade do Estado de bem-estar e o dogmatismo do neoliberalismo extremo, isto é, um estado privativo, eficiente e cujo motor seja o desenvolvimento social, focando sua ação nos setores mais vulneráveis. A economia é muito mais do que números. Por trás de cada indicador existem famílias que sofrem a indignidade da pobreza, e elas é que devem ser preferencialmente o alvo da ação de nossos governos.

No aspecto cultural, acredito que o desenvolvimento cultural ao qual devemos aspirar tem de ser construído de acordo com os critérios do pluralismo, da liberdade de expressão, do diálogo, da abertura e da proteção de nosso patrimônio. Quando os países latino-americanos recuperamos a democracia, também recuperamos a liberdade e um modo de convivência baseado na participação, no pluralismo e no respeito à diversidade. Nossa tarefa é garantir e aprofundar esse estilo de convivência. Se existe algo que expressa fielmente a riqueza da pessoa humana são as manifestações artísticas. Nelas se constrói e prolonga o mais rico patrimônio de um povo, o criado por seus artistas, seus escritores, seus pintores, seus músicos e seus atores. Esse patrimônio é

que nos dá sentido de pertença, de projeto, de comunidade e nos vincula como seres humanos aqui na nossa América Latina. Para desenvolver integralmente um país não basta o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Nem a realização de eleições livres de forma periódica, fundamentais num regime democrático. Requer, além disso, que esse desenvolvimento material tenha alma, senso de solidariedade e uma identidade que se projete no tempo. O desenvolvimento cultural de nossas sociedades é a melhor forma de construir uma comunidade livre e soberana, que respeite os direitos de todos, já que nos permite ver como realmente somos e como nos representamos a nós mesmos. É aí que comprovamos o sentido e o valor da diversidade, do pluralismo, do diálogo, do reconhecimento, do respeito ao nosso patrimônio e do cuidado dele.

Por último, gostaria de me referir a um par de questões que me parecem fundamentais nas tarefas de hoje. Estou resumindo para não cansar a platéia, uma vez que depois de trinta ou quarenta minutos... Uma delas é a questão do sistema financeiro internacional. Basta os senhores analisarem a realidade comercial dos países, os acordos comerciais, tudo o que significam as aplicações de hoje, não só o sistema tarifário e alfandegário, mas também todas as medidas pára-tarifárias e todo o tipo de restrições da lei *antidumping*... Depois, temos a Organização Mundial do Comércio, o conjunto de mecanismos, instituições, acordos internacionais que existem para resolver os problemas de comércio, em condições que, no que se refere aos fluxos financeiros internacionais, praticamente não existe nenhuma regulamentação. E os países pequenos, como o nosso, são abandonados totalmente aos vaivéns desse fluxo que não administramos, que não conhecemos, que não tem nenhum tipo de regulamentação. Nos anos passados, colocamos uma cláusula no Banco Central sobre capitais que não eram destinados a investimento, enfrentamos a nova arquitetura financeira internacional. Essas são as questões que os países do Mercosul não estão discutindo, não estamos analisando, não estamos tendo uma voz perante o mundo globalizado.

A outra questão é a do desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Como já disse, o caminho dos países em desenvolvimento não passa por uma opção individual e isolada do mundo. Hoje, uma densa rede de relações bilaterais, regionais e mundiais configura a realidade em que estamos inseridos e é a forma mais efetiva de crescer. Essa dinâmica reflete-se no aumento do comércio mundial, numa intensa vinculação política entre as nações, na globalização das comunicações, na rapidez dos sistemas de transporte e no conhecimento científico e tecnológico aberto e em expansão. A capacidade de nos inserirmos adequadamente nessa nova ordem mundial, e de competir dentro dela, é determinada em grande parte pela capacidade acadêmica, científica e tecnológica que tivermos. Não é uma tarefa fácil, pois o avanço da ciência e da tecnologia é tão impressionante que é muito fácil ficar para trás e, portanto, ficar à margem do progresso. Estou convencido de que nossos esforços serão mais eficazes se formos capazes de desenvolver uma capacidade científica que transcenda a fronteira do conhecimento, que mostre criatividade, inovação, destreza e agilidade. Esses são os pesquisadores que permitirão que nos associemos com o resto do mundo em empreendimentos conjuntos; e também possibilitarão que identifiquemos as tendências que desafiam nossa imaginação, respondendo com criatividade aos problemas do mundo contemporâneo. Claramente, os desafios desta época exigem não apenas integração econômica em diferentes níveis, mas também formas semelhantes de associação científica, tecnológica e cultural. A concorrência internacional, a crescente globalização da atividade econômica, a liberdade de pesquisa, a extrema mobilidade do conhecimento, os acelerados ciclos da inovação produtiva, os altos custos da tecnologia de ponta são fatores que devem unir-nos para impulsionar uma estreita política de cooperação que conte com objetivos claros, instrumentos apropriados, mecanismos eficazes e resultados quantificáveis. Acho que esta é uma tarefa pendente do Mercosul, da qual dependerá, em grande parte, nossa presença no mundo e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nos próximos anos.

DEBATE

COORDENADOR

Fabio Magalhães

DEBATEDORES

Almino Afonso

Antonio Angarita

Eduardo Kugelmas

Fernando Gasparian

Gilberto Dupas

Lourdes Sola

Paulo de Tarso

Roberto Teixeira da Costa

Tullo Vigevani

ANTONIO ANGARITA:

Quero que os meus compatriotas não anotem essa precedência como algo antipático. Não há um privilégio tolo e pobre. É que o secretario de Governo tem de demonstrar a terceiros que tem o que fazer na sua repartição pública. De maneira que vim aqui prestar minha homenagem ao presidente Frei. Quero cumprimentá-lo pela clareza de seu relatório de governo, onde todos os problemas da sua administração foram declinados e bem explicados. Quero cumprimentá-lo pelas questões que colocou para nossa reflexão, que são moderníssimas, mas eu queria tomar a liberdade, presidente Frei, para propor dois temas novos para sua consideração. Um tema é absolutamente objetivo, tem a ver com a perspectiva do governante de uma nação civilizada e benquista dos brasileiros, como

é o Chile, e é de permanente preocupação do governo, que é o problema da corrupção pública. Neste país estamos vivendo há algumas décadas com esse espectro, esse fantasma negativo das nossas heranças piores, que acompanha as decisões públicas, os contratos, é uma convivência que os romanos chamariam de contubérnio, tal a desfaçatez com que os interesses privados muitas vezes se confundem com os interesses públicos. Eu me sinto à vontade para colocar à sua reflexão esse tema, porque faço parte de um governo que colocou essa questão como uma das suas tarefas primordiais. O governador Covas e agora o governador Alckmin, através de seus secretários, colocaram para si e para os seus governos essa tarefa, que é uma tarefa muito difícil. Eu gostaria de ouvi-lo a respeito.

A outra questão é de natureza absolutamente subjetiva. Todos dizem, afirmam os escritores, os cientistas políticos, que o exercício do poder acaba sendo um exercício de solidão. O governante terá a sua equipe, terá o seu *staff*, terá os seus auxiliares de maior nível, mas, nas questões controvertidas, é ele e seu próprio saber, é ele e a sua própria história de vida, é ele e a sua experiência que decidem por bem e por mal. Existem decisões que passam para a história como exercício de sabedoria, e existem decisões que passam para a história como desastres. Mas tanto uma como a outra pertencem a esse momento de solidão do poder, que é exercido pelos governantes. Eu gostaria que Vossa Excelência cuidasse desses dois assuntos. Muito obrigado.

EDUARDO FREI:

Bem, a questão da corrupção hoje em dia está muito presente nas decisões de todos os governos. A primeira coisa que gostaria de dizer é que todos sabemos que houve governos que caíram por motivo de corrupção, infelizmente vários em nossa América Latina. Mas também sucedeu em outras latitudes. Nessa matéria, a primeira coisa que poderia dizer é que não se pode dar todo o peso ao funcionário público, porque o setor privado participa cada vez mais das economias. Por exemplo, no caso do Chile, hoje em dia, quase 80% da atividade, do gasto econômico

global da economia, é feito pelo setor privado; somente 20% provêm do Estado. Portanto, para que haja uma pessoa corrupta tem de haver um agente corruptor, e este geralmente vem do setor privado. Não existe a corrupção “entre público”, digamos. Portanto, aqui é importante não generalizar. Quando uma pessoa da administração pública realiza algum ato de corrupção, numa grande porcentagem das vezes há um agente corruptor que está no setor privado. Primeiro ponto.

Segundo ponto: acho que o Chile é um país que teve uma tradição de serviço público realmente exemplar. E a corrupção não tem sido um mal permanente entre nós. Sabemos, porém, que com a globalização vêm também os efeitos da corrupção. Eles passam com muita frequência e persistência pelo narcotráfico e pela lavagem de dinheiro, que são agentes corruptores por excelência. O que fizemos? Primeiro, não tínhamos uma lei adequada para nos defender do sistema de corrupção através do narcotráfico ou da lavagem de dinheiro, porque, como não tínhamos esse flagelo no Chile, acabamos nos descuidando. Fizemos uma lei sobre essa questão. Mas, para analisar esse tema e entendê-lo de forma global, eu, quando assumi a presidência, criei uma comissão de ética para a qual convidei os principais órgãos e instituições do país – o presidente do Congresso, o presidente da Corte Suprema, autoridades básicas do país – para que apresentassem um conjunto de propostas de modo a criar um sistema que diminuísse as possibilidades de corrupção no âmbito do Estado. Essa comissão de ética funcionou durante cerca de seis meses e entregou algumas conclusões. Elas deram origem a leis que enviamos ao Congresso e a outras medidas administrativas. Essas leis estão sendo implementadas e, por exemplo, hoje em dia, pune-se o tráfico de influências. Quando um parlamentar ou um senador assume um cargo, tem de apresentar uma declaração jurada de todos os seus bens, ou seja, tomamos um conjunto de medidas para diminuir os efeitos da corrupção.

Também fizemos outra coisa, que me parece cada vez mais importante: estabelecemos um sistema de auditoria geral do governo. Por quê? Porque no âmbito chileno temos a Controladoria Geral da República. Não

sei como se chama aqui no Brasil, mas a Controladoria é o órgão público que revisa os gastos do Estado e estabelece se eles correspondem aos itens, às matérias, e se estão de acordo com as propostas e diretrizes das licitações. No entanto, o problema é que esse organismo de controle funciona *ex post facto*, ou seja, revisa o trabalho já terminado. E em todas as empresas do mundo há auditorias internas que estão dentro da empresa e fazem revisões de auditoria a cada 60 ou 90 dias. Portanto, como medida administrativa, implementamos uma auditoria em cada ministério, uma auditoria em cada empresa pública e uma auditoria nos governos regionais para que, quando a Controladoria viesse fazer sua revisão, encontrasse toda a documentação em dia e realmente pudesse fiscalizar enquanto os processos estavam em andamento e não quando já estivessem concluídos. Por exemplo, se você faz uma licitação para construir uma estrada de 300 milhões de dólares, não adianta nada revisar a obra depois que ela tiver sido terminada. É preciso revisar a partir do momento em que se adjudicou o contrato, porque se houver irregularidades aí, com certeza vai haver corrupção. Então, o que faz essa auditoria? Revisa permanentemente todas as fases do processo. E isso nós implementamos em praticamente toda a administração pública. E justamente nestes dias, no Chile, a Controladoria Geral da República tem sido muito rigorosa nessa questão da fiscalização, etc., mas isso não vai resolver porque seria preciso ter um controlador em cada serviço público e isso é impossível. Portanto, deve-se criar um sistema de auditoria interna para que os agentes dessa controladoria, digamos, possam controlar cada decisão. Assim como esta, adotamos outras medidas, por exemplo, no setor da saúde: centralizamos todas as compras num sistema informatizado, evitando assim todo tipo de subjetividade e de pressões. Também tínhamos um sistema de compras do Estado, que era centralizado, porém foi praticamente desmontado. Todas as compras do Estado seguem determinadas formas, e a cada dia estamos avançando mais, fazendo-as de forma centralizada e tudo informatizado, para eliminar ao máximo os sistemas de corrupção de qualquer tipo. Agora, acho que essa é uma

questão que nos acompanha e com a qual temos de ter uma atitude permanente e vigilante sempre. Do contrário, como em todas as atividades humanas, sempre há gente... E este não é um patrimônio dos políticos, sempre repeti isso em meu país, porque dizem que no mundo da política ou no serviço público existem corruptos, mas claro, em todas as atividades humanas, em todas as instituições humanas há corruptos, há corruptos no futebol... onde se lida com milhões de dólares há corrupção.

Tenho certeza de que, se começássemos a mexer no âmbito dos negócios do futebol com a televisão, por exemplo, encontraríamos muita corrupção. Então, o mundo político não está isento, assim como não estão o restante das instituições e o resto dos organismos da sociedade. O importante é que exista uma política de Estado que freie a corrupção, que existam definições do Estado para combatê-la e que haja, logicamente, leis e instrumentos modernos, como na questão da lavagem de dinheiro, que é muito difícil de ser controlada. Isso é mais ou menos o que poderíamos lhe dizer nesse caso. Felizmente, no Chile, há uma tradição de serviço público muito honrosa e os casos de corrupção foram bastante isolados e puderam ser controlados. Por isso, o Chile aparece no relatório da Transparência Internacional no 17º ou 18º lugar do mundo, entre os Estados Unidos e Israel, me parece, e de longe somos um dos países em desenvolvimento com maior índice de Transparência Internacional, com base nessas coisas que fomos implementando nos últimos anos.

Com relação à questão da solidão no exercício do poder, isso sempre aparece nas entrevistas, quando se termina o mandato. É uma pergunta que a imprensa faz com frequência. Acho que existem duas visões. Numa, acredito que hoje em dia seja impossível pensar que um Presidente da República possa lidar com todos os assuntos de um Estado. Vivemos num mundo extraordinariamente complexo, diversificado, técnico, que não é igual ao de 30 ou 40 anos atrás. Há 30 ou 40 anos, o lema de um presidente era educar ou construir estradas. Hoje em dia, o mundo é muito complexo, e os governos também se tornaram mais complexos. Por exemplo, 20 anos atrás, o setor de telecomunicações não era motivo de preocupação

do Estado, e atualmente os ministérios de telecomunicações são tão ou mais importantes quanto qualquer outro ministério no país. Portanto, acredito muito nas equipes humanas, um presidente deve ter uma equipe humana. A equipe humana é seu ministério, são os chefes de serviço no Congresso, nos governos regionais, nas principais instituições do país. Ou seja, um presidente tem de contar com uma equipe formada por pessoas que tenham uma visão do país, uma visão do programa de governo, uma visão das tarefas que devem ser cumpridas, que tenham uma certa homogeneidade. Que não se transforme num saco de gatos. Para isso as equipes são necessárias. Uma das coisas que fizemos no Chile nesses últimos anos foi uma grande coalizão, que foi maioria no país e deu estabilidade ao governo. Tínhamos equipes no governo, no Congresso, nos governos regionais. E isso permite governar. Porque um dos grandes defeitos que temos na América Latina é, primeiro, termos governos de minorias. Segundo, elegermos um governo e no dia seguinte a metade dos que votaram nesse governo passa para a oposição e começa a criticá-lo, não sabe o que é fazer parte do governo. Alguns partidos na América Latina não sabem ser governo. Sabem ser oposição. No dia em que chegam ao governo continuam fazendo oposição ao descalabro do governo. Vivemos freqüentemente essa experiência. Então, do meu ponto de vista, o que acontece? A solidão no poder diminui brutalmente. Mas, se o governo for populista, daqueles que oferecem na campanha o que na verdade não podem dar, como ocorreu e continua ocorrendo hoje em dia – chefes de Estado, colegas ou ex-colegas da América Latina, que oferecem tudo nas campanhas presidenciais sabendo que no dia de amanhã não vão poder fazer nada, vai ser impossível cumprir as promessas – bem, certamente sentirão a solidão do poder. Mas, se o trabalho for feito com responsabilidade, se se trabalhar com equipes humanas, e digo quando se trabalha com equipes humanas num programa de governo, porque os partidos tendem a confundir as políticas de um partido político com as responsabilidades de governo.

O governo tem um programa e tem um prazo, começa num dia e termina

em outro. E tem um programa para cumprir nesse período de governo. Os partidos vão além disso. Os partidos têm de ser orientadores da massa de cidadãos, têm de buscar inovações, projetos de longo e médio prazo. Não é essa a tarefa de um governo. Um governo está ali para governar por um período com um programa que deve cumprir. Os partidos vão além do governo, e esses planos se confundem muito. Tendemos a confundir os objetivos do governo com os dos partidos que formam a coalizão. No final, para responder diretamente à sua pergunta, sempre existem decisões que alguém tem de tomar. Poderá fazer todas as consultas que quiser, poderá conversar com todos os ministros, com todos os parlamentares, ou com todos os amigos ou com a família, mas no fim tem de decidir sozinho. E então olha para trás e sabe que não há mais ninguém, que é o último. E tem de tomar aquela decisão. Às vezes são duras, são complexas, porém tem de tomá-las. É para isso que alguém ocupa o cargo, para tomar decisões. E se não as toma, as coisas ficam à deriva. Tem de ter responsabilidade e existem momentos, como, por exemplo, no Chile, até um ano atrás, tínhamos a pena de morte; o último passo, depois da Corte Suprema e de todos, era um pedido de indulto da pessoa condenada à morte, e a única pessoa que decidia era o presidente da República. E aí alguém tinha de fechar-se numa sala e tomar a decisão sozinho. Assim, há decisões como esta. Também existem decisões dolorosas, porque há momentos no curso de um governo, e eu passei por isso, em que temos equipes humanas, colaboradores, com os quais trabalhamos a vida inteira, mas chega um momento em que, pela situação econômica ou política, por qualquer circunstância, tem-se de prescindir de pessoas que sempre lhe foram leais; por exemplo, a velha questão da mudança de gabinete, que é a eterna discussão num regime presidencialista.

Num regime parlamentarista, todos os ministros são parlamentares, vão para o Congresso e, quando cai o governo, uma nova coligação assume. Mas no regime presidencialista o presidente nomeia os ministros, são secretários de Estado, secretários de sua confiança. Tive de fazer três ou quatro reestruturações de gabinete. Nesse momento, não resta

outra coisa senão pensar no interesse do país. Se alguém, nesse momento, toma a decisão em função de suas amizades, de suas sensibilidades ou de seu apego ideológico, enfim, de qualquer circunstância que não seja o interesse de todo o país, me parece que está liquidado. Ele tem de tomar decisões, muitas vezes bastante dolorosas, mas tem de tomá-las; do contrário, o governo não funciona, e alguém é eleito para que o governo funcione e seja eficiente.

GILBERTO DUPAS:

Ouvindo a sua exposição, a gente fica com a impressão de que o Chile é um país razoavelmente resolvido hoje, cercado de um conjunto muito grande de países em crise relativa. Basicamente, no ciclo pós-1995, que chamamos de “abertura econômica”, se fizermos hoje um balanço de como ele afetou a América Latina e os grandes países da periferia em geral, encontramos uma visão clara: os países que acreditaram que a abertura sozinha era a solução hoje estão descobrindo, especialmente os grandes, que se acham em situação de difícil alternativa. Números rápidos: de 1990 a 1999, o déficit comercial dos principais grandes países da periferia dobrou. O déficit de transações correntes quase que triplicou. E a dívida externa passou de 550 bilhões para 1,2 trilhão de dólares. Uma boa parte desse déficit foi neutralizada pela entrada de capitais, especialmente privatização, ciclo que neste momento está em declínio. Então, ao mesmo tempo, a grande maioria desses países, na América Latina, fizeram a abertura, fizeram parte de um conjunto que, numa situação rara, eram democracias. A partir de 1985 a 1990. Portanto, há um déficit claro entre, digamos, as apostas de regimes democráticos, portanto legitimados por processos eleitorais, e o resultado econômico desses processos. Este é um balanço bastante negativo para a América Latina, o que tem gerado dissonâncias crescentes e problemas de legitimidade democrática, que por sua vez geram os populismos em geral e as crises que estamos vendo hoje em vários países, todos vizinhos do Chile, ou quase. Então, a primeira questão importante para a qual eu gostaria de pedir sua reflexão

é que senti em seu discurso o momento em que o senhor vinculou, de alguma forma, autoritarismo a desigualdade social, e na realidade a experiência recente da América Latina, infelizmente para nós, democratas, não mostra exatamente isso. Ela mostra regimes democráticos que apostam no processo de abertura como sendo o suficiente para uma solução econômica, mas que, no entanto, têm gerado profundo aumento da desigualdade social e do desemprego. Isso aconteceu praticamente com todos, Argentina, Brasil. Alta taxa de desemprego, concentração de renda etc. A primeira questão crítica, me parece, é que eu gostaria muito de poder associar desigualdade a autoritarismo, mas infelizmente não posso. A realidade não me permite.

Finalmente, a terceira questão complexa é que esse desequilíbrio profundo de comércio, que fez com que a ilusão de que a abertura resolve nos tenha conduzido a um impasse que só hoje pode ser resolvido, dado o grau de internacionalização das nossas economias, pela própria negociação com o capital transnacional, de modo tal que ele consiga adicionar valor às exportações produzidas aqui. Não basta mais, meramente, o desenvolvimento tecnológico local, difícil; mas, mesmo que possível, não basta mais, porque a liderança dos fluxos internacionais hoje é, fundamentalmente, das grandes transnacionais. E, nesse momento, a OMC e a realidade internacional nos colocam dentro dos trilhos: basicamente, proibição de negociação com as transnacionais de conteúdo local e meta de exportação, que é o que hoje caminha acelerado dentro dos acordos internacionais e nos tira o último espaço de políticas industriais que permitiriam, digamos, uma relativa recuperação do impasse do desequilíbrio externo. Então, diante dessas questões que envolvem, fundamentalmente, o engano de que a abertura seria suficiente, de que o abandono de estratégias nacionais bastaria, uma descoberta tardia de um impasse, e a dificuldade de superá-lo, e diante dos impactos que isso tem no próprio regime democrático de representação democrática, em que os discursos, as retóricas, se distanciam cada vez mais da práxis, e dependendo da mídia como a política depende hoje, só resta aos governos

esconder um pouco os processos de decisão, de tal modo que essa transparência não ocasione um desgaste ainda maior, como é que o Chile, em primeiro lugar, e o estadista Frei, em segundo lugar, cercados por todos os lados de uma realidade bem menos confortável do que aparentemente o Chile pode viver, olham essas perspectivas futuras para a América Latina e para os outros países da periferia em geral.

EDUARDO FREI:

Essas questões dariam uma outra conferência! Na verdade, o senhor tocou em vários pontos que estão no nervo da discussão. Gostaria de falar mais a partir da perspectiva chilena, porque me parece um pouco arrogante, pouco humilde, falar de outras realidades. Acho que um erro que se comete vulgarmente no mundo é falar da América Latina como um todo e não perceber as realidades de cada um dos países. Portanto, vou apresentar algumas idéias, basicamente a partir da posição do Chile, em vez de dar uma receita para toda a América Latina. Em primeiro lugar, parece-me que o autoritarismo, pelo menos no caso do Chile, no caso da Argentina e em outros países, deixou profundas desigualdades. Com isso quero dizer que nem tudo o que foi feito pelo autoritarismo foi ruim. Por exemplo, no Chile, e isso é uma coisa que reconhecemos, fez coisas importantes. Fez mudanças fundamentais. Por exemplo, a mudança na previdência social foi feita por meio de um decreto, em 24 horas. Coisa que, no Congresso, teria levado três, quatro, cinco anos, e não teria sido uma reforma completa. Bem, o sucesso do processo de previdência social no Chile resulta de que, do dia para a noite, mediante um decreto, se disse: a partir de hoje muda todo o sistema. Isso é impossível numa democracia. E o país obteve grandes benefícios. Hoje em dia, temos uma poupança que representa 40, 45, quase 50% de nosso produto. Mas, ao mesmo tempo, o país teve de pagar um custo. Hoje em dia, 10% do orçamento nacional são destinados ao pagamento das aposentadorias das pessoas que estavam no sistema antigo, porque foi preciso manter a aposentadoria dessas pessoas. No sistema atual de aposentadoria, todos têm de pagar por sua

aposentadoria. No entanto, os que tinham acima de 40 anos não tinham essa possibilidade e o Estado tinha de continuar assumindo isso. Mas isso vai terminar dentro de mais alguns anos. Há um reconhecimento ao que foi pago... Enfim, o que quero dizer com isso? Que muitas vezes, na América Latina, cometemos o erro, que continua sendo cometido até hoje, de pensar que cada governo que chega tem de reinventar a roda, que tem de fazer tudo de novo. Considera-se que tudo o que já foi feito não tem validade. E isso é uma pena, porque hoje em dia novamente estamos passando por experiências desse tipo.

Os países estão mudando tudo, porque consideram que tudo o que foi feito foi malfeito. Mas esse é um erro crasso. Considero que os países têm sua história, sua evolução, e quando chega um novo governo, ele tem de ser capaz de dizer: aqui houve algumas coisas positivas e não vamos eliminá-las. Teria sido uma loucura no Chile, por exemplo, que no ano de 1990 o presidente tivesse dito: vamos voltar ao sistema de previdência social que havia nos anos 80. Enfim, esse é um conceito fundamental. Nesse sentido, parece-me que temos aqui o resultado dos governos autoritários, pois reconhecendo essas coisas positivas que eles podem ter feito, o fato é que a desigualdade aumentou e não diminuiu. Essa é a realidade chilena, brutal. Passamos pela crise de 98, estamos na situação de hoje, vivemos o “efeito *tequila*”, mas em outro nível. No ano de 1982, na crise do Chile, tínhamos de 30% a 35% de desemprego. No país todo... Menos 17% do PIB. Menos 17%! Todo o sistema financeiro quebrou. O Estado chileno teve de colocar quatro bilhões de dólares desde o ano de 1983. Quanto seria isso hoje em dia? Vinte, trinta bilhões de dólares, para recuperar todo o sistema financeiro que faliu. Com o que quebraram as empresas. Trinta e tanto por cento de desemprego. Essa era a realidade.

Hoje em dia administramos as crises. Tive de administrar uma crise muito grande, mas terminamos com menos 1%, mas não menos 17%. Foi esse o resultado dos governos autoritários. E quanto à desigualdade social, foi terrível. Em 1987 tínhamos, no Chile, 45% da população na linha de pobreza. Essa era a realidade, pelo menos no caso do Chile, e de

muitos outros países. Sem falar da Argentina, depois da guerra das Malvinas. Que país eles entregaram? O que aconteceu no Equador, na Venezuela, no Peru? Ou seja, esta é uma questão que deve ser esclarecida.

Em segundo lugar, não acredito que o Chile seja uma ilha, nem que o Chile seja um exemplo, nem que seja uma aldeia... Nada disso. Acho que cada país faz sua própria experiência. Cada país faz seu desenvolvimento. Tivemos um momento forte de bonança, na década de 1990 para 2000, como já disse. Não é uma invenção minha, foram feitas comparações dos resultados econômicos nos últimos seis ou oito governos do Chile, de 1960 até o ano 2000, e aí estão os números do Banco Central. Que fizemos? Nos anos 90, pagamos a dívida externa. Hoje não temos mais dívida externa. Ou seja, aproveitamos os anos de bonança para pagar a dívida externa. Os outros países não fizeram isso. E essa é uma realidade. Portanto, é preciso saber aproveitar os momentos de bonança para resolver questões estruturais dos nossos países. Se não somos capazes de resolvê-las nos momentos de bonança, depois vêm as crises e estamos com a corda no pescoço. Qual é o grande problema da Argentina hoje em dia? Ter uma dívida de 150, 200 bilhões de dólares. E só de juros e serviço da dívida tem de pagar 12 ou 14 bilhões de dólares por ano. Então, os resultados são impossíveis. Aproveitar os anos de bonança para enfrentar os períodos de crise bem penteados, bem limpinhos, firmes. Senão estamos liquidados.

Terceiro: aqui, a partir da queda, e mesmo antes da queda do muro de Berlim, foi aplicado o neoliberalismo selvagem ou fundamentalista. E muitos países adotaram a tese de que o neoliberalismo era o melhor, que tinha acabado o marxismo, que tinham acabado os grandes paradigmas no mundo, e que a única coisa capaz de resolver as questões dos nossos países era o livre mercado absoluto, o deus do mercado, fundamentalista etc. Muitos países compraram essa receita. E essa receita hoje em dia está em discussão no mundo. Já não está em discussão nos setores, digamos, progressistas. Leia um dos últimos livros de Soros. Soros fala do capitalismo selvagem, do liberalismo etc., e condena essas práticas. Portanto, o

grande paradigma e a grande discussão hoje em dia, o grande debate, e eu diria o desafio dos dirigentes políticos atuais, é ser capazes de ver que tipo de sociedade econômica vamos construir. Qual vai ser a economia que vamos construir com base no mercado, porque ninguém está em desacordo com o mercado, mas com um Estado regulador forte que seja capaz de corrigir essas deficiências. Como se faz isso? Em minha opinião, como eu pretendi fazer. Primeiro, crescendo bastante. Segundo, fazendo uma incorporação do investimento privado naqueles setores da economia que o Estado não pode assumir, como as rodovias, por exemplo, saneamento, telecomunicações. Para quê? Para permitir que o Estado se concentre na vida social das pessoas. Na educação, na saúde, na habitação. Dar igualdade de oportunidades à população, para a criança que está na escola mais pobre do país, bem como para a criança que está na escola mais privilegiada, para que ambas tenham computadores com Internet, para que essas crianças tenham a oportunidade de chegar a uma universidade, porque senão isso nunca será possível. Dar igualdade de oportunidades às pessoas, dar-lhes qualidade de vida. Isso é o que um Estado tem de fazer.

E aqui vem o debate das privatizações. Por exemplo, no meu país, a questão da participação do setor privado no setor sanitário foi discutida à saciedade no programa de governo. Mandeí a lei para o Congresso, demoraram três anos para aprovar a lei, três anos. No fim, quando foi aprovada, veio um grupo de pessoas da minha coligação pedir para não aplicar a lei. Qual é o resultado? Estava comentando com o embaixador, e com o Fábio, hoje ou ontem à tarde. Em menos de três ou quatro anos vamos ter 100% de cobertura de água potável, 100% de cobertura de esgotos e 100% de tratamento de águas residuais, com um investimento de mais de dois bilhões de dólares, em menos de três ou quatro anos. O Estado teria demorado 30 ou 40 anos. Não podemos condenar as pessoas por esse prurido antiincorporacionista do setor privado em setores de serviços – o senhor não vai ter água, o senhor não vai ter energia elétrica, o senhor não vai ter esgoto, até daqui a duas ou três gerações. Por quê? Porque eu não aceito e os serviços públicos têm de ser todos do Estado.

Por quê? É preciso resolver essas questões. E enfrentá-las. As pessoas não podem esperar soluções de qualidade de vida, como ter água potável ou eletricidade, no século XXI, por 30, 40 ou 50 anos. E se o setor privado está disposto a fazer isso, segundo as regulamentações adequadas, que protejam os interesses do país e os dos usuários, pode-se fazer.

O que aconteceu no Chile? Muitas privatizações, e como em toda a América Latina, sem regulamentação. Ainda estamos pagando por isso, por terem sido feitas sem regulamentação, sem leis, sem uma superintendência que fosse capaz de regulamentar. Fizemos isso depois, porque essas privatizações foram feitas sem nenhuma transparência nos governos autoritários, e sem nenhum sistema de regulamentação. E assim chegamos ao pior dos mundos.

A outra questão é internacional. Aqui temos um problema básico. Considero que este é um dos problemas mais difíceis de resolver. Qual é alternativa? Que um país feche suas fronteiras? Que não participe da globalização? Mas a globalização é um fato! A globalização é um fato do mundo de hoje. Que vantagem obtenho se me escondo embaixo da cama e não a enfrento? Temos de enfrentá-la. Mais cedo ou mais tarde, é preciso enfrentá-la. Mas, para enfrentar a globalização, primeiro é preciso tomar decisões claras sobre o papel a ser desempenhado pelo Estado, pela empresa privada, pela sociedade civil etc. Em segundo lugar, temos de permanecer unidos, e por isso digo que o Mercosul e essas grandes associações que temos de formar aqui é mais um problema político que econômico. Porque se não enfrentarmos esse problema, a questão dos fluxos comerciais, dos fluxos financeiros... Hoje em dia se diz que o nível de fluxo financeiro que existe no mundo é de 500 bilhões de dólares, pelo menos. E um país como o Chile, que tem um PIB de 80 bilhões de dólares, que pode fazer? Fale com qualquer chefe de Estado da Europa, por exemplo, da crise dos 80 ou dos 90. Não puderam enfrentá-las... Economias do tamanho da brasileira, quanto ao PIB... Que pode fazer o Chile, um país de 80 bilhões de dólares? Não tem nenhuma possibilidade. Então, se não nos unirmos para enfrentar essas questões, como faremos para

enfrentar a questão da arquitetura financeira internacional? Não houve nenhuma reunião do Mercosul para enfrentar esse problema. Em 1998/1999 decidiu-se que os ministros da Economia deveriam coordenar suas ações em matéria de política monetária. Nos últimos dois anos, foram tomadas decisões sobre desvalorização, sobre barreiras de tarifas alfandegárias, sobre tudo, e os ministros da Fazenda nem avisaram seus parceiros.

LOURDES SOLA:

Há um comentário que me foi feito há treze anos, por Foxley, que foi ministro do Chile durante a transição. Uma das coisas mais interessantes que nós, brasileiros, aprendemos com a transição chilena foi com a atitude de Foxley. Em 1987, ainda antes da transição, ele se preparava para ser ministro, presidente ou algo assim pelo seu partido, e nos ensinou o seguinte: a reforma do Estado que o regime autoritário fez está feita, só podemos renegociá-la. Isso num momento em que rejeitávamos qualquer iniciativa que viesse do regime autoritário. Isso para mim confirmava a tendência ou a capacidade dos chilenos que eu, como exilada no Chile, já tinha aprendido: a capacidade de negociar acima das ideologias, sempre que fosse necessário. Então surgem daí dois comentários, ou dois problemas. Como cientista política, sempre gosto de contextualizar as coisas. E situar as diferenças para que possamos estabelecer o universo comum que o senhor está expondo diante do Mercosul e de outras formas políticas de agregação. A primeira, nesse contexto, é o fato de que o Estado autoritário, ou se preferir, o regime autoritário, fez reformas e introduziu uma disciplina fiscal, monetária, a segurança, e, inclusive no momento da transição, incluiu como um tópico central a reforma do sistema financeiro e o Banco Central autônomo. Isso facilita muitíssimo o trabalho daqueles que vão governar numa democracia, pelo simples fato de que não é preciso arcar com o custo da impopularidade produzida por essas reformas. Nós, argentinos e brasileiros, tivemos de mudar as rodas do trem enquanto ele estava em movimento. Ou seja, adquirir suporte eleitoral e suporte de uma estrutura federativa, nos dois casos, quando

eram necessários ajustes estruturais muito duros, e isso torna as coisas muito mais lentas, pelo menos. E dá outro caráter à transição.

O segundo ponto – primeiro no contexto, e que é tipicamente chileno em minha opinião – é a continuidade do sistema partidário chileno, antes e depois do regime autoritário. Observamos o Chile, hoje em dia, e vemos basicamente as mesmas lealdades e identidades partidárias, os mesmos partidos emergindo da experiência autoritária. Isso estabelece algum tipo de continuidade que alguns de nós, especialmente no Brasil, não tivemos.

Mas há um terceiro elemento no contexto – e por favor não considere isso uma provocação, mas uma reflexão que eu gostaria de entender – e que é a seguinte: às vezes pagamos o preço de nossas vantagens e desvantagens. A vantagem da estrutura institucional chilena é essa continuidade, a quase rigidez do sistema partidário chileno. Há uma certa estabilidade nas linhas gerais. Um terço, um terço, um terço, quando examinamos os votos no regime pós-autoritário. Eu me pergunto: No contexto internacional houve uma mudança que beneficiou o Chile, chegando a facilitar – não introduziu, mas facilitou – a tarefa de punir seus ditadores. E essa iniciativa veio de fora, ou seja, a globalização de um tipo de pena judiciária que foi iniciada com o juiz Garzón. Isso provocou – e agora estou falando das desvantagens – uma ação interna no Chile que me preocupa, porque pode ser desestabilizadora, justamente pelo fato de que há tanta continuidade, os partidos estão bem estruturados; não posso conceber no Brasil ou na Argentina uma mobilização social em prol do ditador, daquelas que as nossas televisões mostraram aqui. Gostaria de ouvi-lo falar sobre essa difícil compatibilização entre continuidade e contexto internacional, que é um dos aspectos positivos da globalização, que é facilitar a pena através de mecanismos externos sem ter de recorrer a preços internos muito altos.

EDUARDO FREI:

Vou começar pelo último ponto, porque é o mais interessante. Considero que há um duplo padrão na política internacional. A senhora está se

referindo à prisão e ao posterior julgamento de Pinochet em Londres e sua possível extradição para a Espanha. Com que autoridade moral os espanhóis, que não julgaram nem sequer um policial das ruas, pretendem nos dar essa lição? Ou seja, a expressão, quando dizemos que “a colônia terminou há 200 anos”, é totalmente válida. Com que autoridade os ingleses querem fazer isso? Pretendem afirmar que a política que aplicaram na Irlanda do Norte é uma política de respeito aos direitos humanos? Vão me dizer que... Eles têm um duplo padrão. Quando Pinochet estava preso em Londres, na fronteira italiana com a Áustria ou com a Suíça, não sei, prenderam aquele famoso turco que depois foi seqüestrado na África, o representante dos curdos. E o primeiro-ministro da Itália reuniu-se com o primeiro-ministro da Alemanha e este declarou, depois da reunião, que por motivos de segurança nacional não iam pedir a extradição do... não me lembro neste momento do nome do líder curdo..., que depois foi seqüestrado num país africano, foram buscá-lo e o retiraram de lá. E há muitos casos como este. Sem falar da situação dos países balcânicos etc. Então, sempre houve um duplo padrão.

O que dissemos sempre? Os fatos ocorridos no Chile devem ser julgados no Chile. Os tribunais chilenos é que devem julgá-los. E assim foi feito. Segundo: há dois anos, assinamos o tratado para criar um Tribunal Internacional. Quantos países aderiram a essa Corte Internacional? Nenhum desses países que nos dão lições sobre os direitos humanos. Nenhum. Então fica claro o seguinte: apesar de tudo o que nos disseram, apesar dos milhões de letras que foram escritos, apesar dos milhões de minutos nos canais internacionais, como a CNN, que hoje mesmo apresentou uma nova matéria sobre o Chile, 27 anos depois eram apresentadas as mesmas imagens do golpe, que pareciam ser de ontem. Então, quem estiver assistindo à televisão vai pensar que em Santiago estamos praticamente do mesmo jeito que quando aconteceu o golpe militar, há 27 anos. Apesar de todas essas mentiras, o que aconteceu? Pinochet voltou para o Chile, foi julgado, perdeu seus direitos políticos, há vários processos em andamento etc. Poderia mencionar dez casos

como este. Então, não há dúvida de que existe um duplo padrão. Poderia ter acontecido uma situação similar com uma pessoa, como aconteceu tantas vezes, na Espanha, quando estava Felipe González, os do ETA, que fugiram para a Venezuela e para a Colômbia. Pediram sua extradição? Sim ou não? Isso para mencionar apenas alguns casos, certo? Os julgamentos dos GAL ainda continuam na Espanha, isso nos últimos 30 anos. Enfim, considero que nessa questão não se deve ter um duplo padrão. Não somos colônia, é preciso respeitar as normas internacionais.

Sabemos que um dos avanços da globalização é que os direitos humanos devem ser respeitados no mundo inteiro, no lugar que for. Mas para isso tem de haver um tribunal que todos possamos aceitar e que seja aceito por todos. Hoje, eu disse numa entrevista para a televisão que no caso de Londres praticamente não houve sentença, sempre ficaram só na forma. Que isso correspondia ao tribunal, que não correspondia, que os papéis tinham chegado, que não tinham chegado, se o tribunal era competente. Estivemos um ano e meio discutindo e quase nunca se chegou ao fundo. A única vez que se chegou ao fundo foi com uma sentença da Câmara dos Lordes, que disse: a lei contra a tortura só pode ser aplicada a partir do dia 5, ou não sei quando, de dezembro de 1988, porque nessa época a Grã-Bretanha assinou o acordo para isso. Antes, não pode ser aplicada. Então, reitero: é preciso ser conseqüente com relação a essa questão e não se deve usar um duplo padrão. Não me lembro de mais casos neste momento, nem quero continuar, mas no momento adequado fizemos uma lista no Chile e informamos a Blair e Aznar que havia cerca de 20 ou 30 casos desse tipo como o que estou relatando sobre o líder curdo, ou sobre os pedidos de extradição que chegavam ao gabinete espanhol e que não foram atendidos.

Com relação à questão da reforma do Estado, houve uma coisa muito clara e creio que foi um dos acertos da Concertación no Chile, que foi a seguinte: “Este não é um governo fundacional, é um governo que vai retornar à democracia e vai recuperar o sentido histórico deste país. E não vamos desfazer as coisas boas que foram realizadas ao longo desses

anos”. Já mencionei a questão das aposentadorias, apesar de que haverá um custo para o Estado durante muitos anos. Por quê? Porque um dos grandes problemas que existem em todos os países é a frondosa burocracia estatal na América Latina, não é verdade? Que está fazendo, por exemplo, o governo De la Rúa, agora? Diminuindo muito os gastos da burocracia estatal. Bem, quando há um regime autoritário, elabora-se um decreto e se diz o seguinte: são suprimidos tantos cargos e tantas pessoas são demitidas, e está acabado. Na democracia é um pouco mais difícil fazer isso. E no caso chileno foram feitas muitas coisas desse tipo, que teriam sido difíceis num regime democrático. O mesmo acontece com a questão da disciplina fiscal. Nessa matéria também, é preciso ser consequente com a história do país. Nos anos 60, por exemplo, no governo Alessandri, e depois, no governo de meu pai, houve uma extraordinária disciplina fiscal. Nunca se caiu no populismo, nunca houve emissões inorgânicas do Banco Central e, para citar apenas um exemplo, desde 1958, ano em que Alessandri assumiu, até 1970, houve uma enorme disciplina fiscal, respeitavam-se as funções do Banco Central de acordo com a legislação da época, e depois da Constituição de 1980 todas as matérias de gastos foram incorporadas como responsabilidade do Estado. E, evidentemente, isso faz parte do ordenamento financeiro moderno que existe, no qual não há jeito de na discussão sobre as leis de governo ou outras se poder colocar coisas que não estão financiadas. Isso é evidente.

Com relação à continuidade do sistema político, o Chile teve uma longa tradição histórica de partidos políticos, que foram os que formaram a Aliança Democrática, que reconstituíram o tecido democrático e representaram a sustentação do país nesses anos todos. Ao mesmo tempo, porém, deve-se pensar que é preciso enfrentar essas realidades, ou seja, com a Concertación hoje em dia, temos de nos colocar as questões atuais e não continuar olhando para trás. Infelizmente, continuamos muito presos ao que aconteceu há 20 ou 30 anos e não somos capazes de guiar nossa gente e examinar os desafios existentes no mundo de hoje. As pessoas atualmente não votam em função do que aconteceu, votam no que

virá. É claro que se leva em conta a história de cada um, republicana, democrática etc., mas também, fundamentalmente, as pessoas votam no futuro, não votam pensando no passado. Quando elegem um Congresso ou um presidente, pensam no futuro. Nesse sentido, considero que a Concertación desempenhou um papel fundamental na construção do Chile de hoje, e além disso tem de se preocupar com as coisas a fazer a partir de agora. Porque a realidade de hoje é muito diferente da que vivemos no final dos anos 80, inclusive da que vivemos em 1995. O mundo mudou brutalmente nesses últimos anos, e vai continuar mudando. Então, como coalizão política, temos a obrigação de pensar nas questões que têm a ver com o futuro, e nas soluções para elas, como estávamos falando há pouco, na questão da globalização, como a enfrentamos etc. Essas são as questões nas quais temos de agir.

ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA:

Minha primeira experiência no Chile foi há 40 anos. Fui ao Chile convidado por Agustín Edwards, para falar sobre mercado de capitais, a experiência brasileira. Lembro-me muito bem que comecei falando em português. Depois de 15 minutos, Agustín Edwards se aproximou e me disse: "Sua exposição é excelente, mas ninguém está entendendo". Então, procurei falar em português. Aqui estarei falando como empresário. Apesar de existir uma excelente e cordial relação entre nossos países, sem falar nas sólidas relações comerciais, percebemos um certo distanciamento entre os empresários de nossos países. Como presidente do Conselho de Empresários da América Latina durante oito anos e dois anos como presidente internacional do Ceal, ainda não foi possível realizar uma aproximação mais dinâmica com os empresários chilenos. Apesar de meu esforço pessoal e de meus companheiros do Ceal, não conseguimos integrar os companheiros do Ceal chileno para um diálogo mais amplo e participativo, por exemplo, como conseguimos com argentinos, venezuelanos, colombianos e mesmo com o México, mais recentemente.

Talvez seja um pouco exagerado dizer isso, mas os empresários chilenos nos olhavam com uma certa superioridade. Lembro-me muito bem que, durante sua visita presidencial ao Brasil, estava acompanhado por Manuel Feliú, numa reunião no Banco Real. Depois de sua apresentação, que foi algo estrondoso sobre a situação chilena, um dos empresários levantou a mão e perguntou: “Mas o Chile não tem problemas?” Era uma coisa assim, como *over-women*, como dizem os americanos. Vocês não têm problemas? Talvez a crise que estamos enfrentando, como o presidente colocou muito bem, crie a possibilidade de uma maior aproximação. O discurso oficial, como o senhor disse – Lagos também diz isso, porque é amigo pessoal de nosso presidente – o diálogo oficial é o mais cordial possível. As juras de amor são cotidianas. Mas na prática não acontece nada. Os empresários... Olhem, é difícil de entender, por que os chilenos – e o presidente colocou isso claramente – fizeram investimentos tão significativos na Argentina, acho que foi um equívoco, mas... e não investiram tanto no Brasil, que é um mercado maior do que o Chile? A recíproca é verdadeira. Nosso embaixador, cada vez que vou a Santiago, diz: “Olhe, o senhor precisa trazer empresários brasileiros para descobrir oportunidades de investimento no Chile”. Parece-me que, se os empresários não se acertam, não trabalham em conjunto, parece-me que é muito difícil buscar uma integração. Então, é um pouco isso. Talvez o Chile tenha uma visão um pouco mais do Pacífico que do Atlântico, não sei. Queria colocar isso mais como uma dúvida para que, com sua experiência como mandatário de um país amigo, possa nos dar uma visão de como podemos fazer, de ambos os lados, para superar este problema.

EDUARDO FREI:

Bem, agradeço sua opinião porque, em definitivo, estou convencido de que a integração não é feita apenas pelos governos. Ou seja, o trabalho de um chefe de Estado, o trabalho do governo, basicamente, é criar os mecanismos, estabelecer os nexos, construir a confiança, mas no fim das contas a integração é feita pelos diversos setores. Ou seja, os presidentes

podem reunir-se dez vezes, podem firmar trinta acordos, podem ser amigos íntimos, mas, se não houver uma relação fluida entre os empresários dos dois países, bem, então nunca serão obtidos novos investimentos. No mundo do trabalho, por exemplo: que relação existe entre os mundos do trabalho de cada país? Nenhuma. Que relação temos nos meios culturais? Falamos muito de identidade cultural, de um passado histórico comum, do sentido de pertença a nossas sociedades, mas... qual é a relação entre os mundos culturais? Ou seja, se não ocorre uma integração no âmbito de todos os setores da sociedade, é impossível que, por decisões governamentais, se possa avançar... Pois bem, na questão da confiança ou desconfiança, é evidente que isso é uma realidade. Citei os números de investimentos chilenos no exterior que nunca tinham ocorrido antes. E este é um fato inédito, é um fato que ocorreu nos últimos dez anos. Ou seja, saíram 25 bilhões ou 30 bilhões de dólares de empresas chilenas que investiram na América Latina. É um fato inédito no Chile e na América Latina. Fiz a comparação com o Brasil: isso equivaleria ao fato de o Brasil investir no Chile ou em países vizinhos de 100 a 120 bilhões de dólares. Os investimentos chilenos no Peru chegam, por exemplo, a 3 ou 3,5 bilhões de dólares, enquanto os investimentos do Peru, que não chegam nem a 500 milhões, ou menos, só estão começando. Ou seja, se não ocorrer essa integração em todos os níveis, será impossível avançar, por mais que os governos realizem acordos e façamos todos os esforços de amizade e confiança, que considero muito necessários e úteis, mas que em última instância servem apenas para criar os cenários, as possibilidades e os mecanismos para que essa relação aconteça.

Com relação à visita e ao que o senhor destacou, evidentemente quando se vem em visita oficial e se está diante de um determinado público, fala-se das coisas positivas para incentivar os investimentos, porque ninguém vai contar as coisas ruins que, por outro lado, todos conhecem; realmente todos vêm para obter os benefícios dos investimentos dos empresários. Além disso, ocorreu no contexto dos anos que foram

extraordinariamente positivos para a economia chilena, que esperamos recuperar logo, com maior integração e maiores investimentos mútuos. Ou seja, não vejo por que temos de buscar empresas de outros países quando temos a possibilidade concreta... Por exemplo, há poucos dias discutiu-se no Congresso do Chile o acordo com a América Central. Bem, o que acontece atualmente na América Central? O espaço que existe lá não é para as multinacionais, é para as pequenas e médias empresas, que podem ir para lá fazer grandes negócios, muito competitivos, num mercado de 40 milhões de habitantes. Essas são as oportunidades que devem ser consideradas. As grandes multinacionais não precisam desses acordos, as transnacionais vêm e fazem seus investimentos em qualquer lugar do mundo, têm seus sistemas de informações, têm seus mecanismos de proteção e, se tiverem qualquer dúvida, vão embora logo, vendem seus ativos ou retiram seu dinheiro com facilidade.

EDUARDO KUGELMAS:

Em sua colocação, presidente Frei, o senhor falou da situação interna do Chile e também da localização do Chile no mundo, do Chile no contexto da globalização, e vou seguir a mesma ordem. Vou colocar uma questão sobre a política interna chilena e outra sobre as relações internacionais do país.

O senhor disse, diplomaticamente, que não acredita que o Chile deva ser um exemplo para os outros países, porque cada um deles tem sua situação particular. Mas é difícil deixar de ver o Chile como um exemplo de como superar os problemas da época da ditadura. No Chile, temos o processo do general Pinochet, temos uma política de direitos humanos, como o senhor mencionou, e o senhor falou também de uma instituição importante, que é a Mesa do Diálogo. Gostaria que nos fornecesse mais detalhes sobre o funcionamento dessa mesa, pois acho que aí teríamos um exemplo para os demais países, porque em outros casos me parece que as feridas abertas pelos períodos dos regimes militares ainda não fecharam. Estão abertas. O problema sempre volta. E como o Chile foi, em minha

opinião, mais longe que os outros países nessa direção, acho que temos algo a aprender com vocês.

A outra questão tem a ver com a forma como o Chile se situa no sistema internacional. Tivemos a impressão de uma situação privilegiada. Ou seja, o Chile tem ao mesmo tempo uma parceria com o Mercosul, tem pactos bilaterais com vários países, também pertence ao mundo do oceano Pacífico... Bem, nessa situação tão especial, que lhe parece o projeto da Alca? Por que hoje no Brasil é muito difícil discutir o futuro do Mercosul sem pensar ao mesmo tempo no projeto da Alca? O que vai acontecer? Como vai ser isso? Poderá haver uma situação de pactos bilaterais entre alguns países latino-americanos e os Estados Unidos, ou entre esses países e o Nafta? Ou seja, como o senhor vê essa questão?

EDUARDO FREI:

Na questão dos direitos humanos e da transição democrática, considero que o importante é que houve um processo contínuo e permanente. Não houve o voluntarismo de tentar resolver os problemas da noite para o dia porque, na verdade, é muito difícil que tudo isso se resolva. O próprio conceito de transição está sendo discutido permanentemente, se terminou a transição, se não terminou, quando... Alguns dizem que no dia em que o presidente Aylwin assumiu o cargo terminou a transição; outros dizem que ela ainda não terminou. É uma discussão que ainda está um pouquinho no ar, digamos. Considero que o processo chileno foi importante, foi lento, porém seguro, porque, além disso, o Chile não estava acostumado a governos autoritários; essa é uma tradição diferente da de outros países da América Latina. No Chile, tínhamos um sistema democrático republicano muito consolidado. Por isso, o processo foi muito mais lento, em minha opinião. Mas considero que a Mesa de Diálogo deva ser examinada dentro de todo o contexto do progresso. É a conclusão de um longo processo que se iniciou com a Comissão "Verdade e Reconciliação", nos anos 90, que estabeleceu a verdade sobre o que aconteceu, que nesse momento não foi reconhecida por um importante setor chileno, inclusive

pelas Forças Armadas. Em compensação, hoje em dia essa é uma verdade absoluta, reconhecida por todos. Depois, fizemos tentativas muito sérias para tentar legislar nessa matéria. Fizemos leis para proteger as pessoas que foram demitidas por motivos políticos, para proteger as pessoas que estavam retornando ao país; há um conjunto de leis sobre essa matéria. Houve o reconhecimento dos anos de trabalho, das aposentadorias, pensões. Enfim, existe um conjunto de iniciativas que foram legisladas. E por volta do final dos anos 90 surgiu essa Mesa de Diálogo, que partiu da perspectiva de poder reunir numa mesa os representantes das Forças Armadas, da Igreja, destacados representantes da sociedade civil e um conjunto de advogados que participaram de todo o debate e de todos os processos por violações dos direitos humanos. Essa mesa foi instaurada no final de 1999. Contou com a indiferença e a má vontade de muitos setores, como ocorre com toda a iniciativa do tipo. Quando o presidente Aylwin iniciou a Comissão “Verdade e Reconciliação” muitos disseram que ele não ia chegar a nada, que nada ia acontecer, que não seria feita justiça, que não haveria verdade; mas, mesmo diante do inconformismo ou da incredulidade de alguns, fomos avançando sistematicamente. Este foi um processo que, basicamente, no caso da Mesa de Diálogo, ajudou a conhecer o destino de presos desaparecidos. Essas questões estão, atualmente, no âmbito da Justiça e também contribuíram para que houvesse um reconhecimento oficial, por parte das Forças Armadas, de que houve uma ação dos agentes do Estado nessa matéria. Portanto, considero que alguns processos dificilmente serão iniciados, e agora se somam os anos. Uma pessoa que tem um pai, um filho, um irmão preso desaparecido, mutilado ou que morreu, creio que vai morrer com a ferida aberta, essas coisas são muito difíceis de resolver. Mas em suma, como sociedade, como instituições, considero que fizemos um esforço muito consistente nos últimos anos.

Com relação à segunda parte, creio que o Chile não pode renunciar – muitas vezes se criticou isso – o Chile é uma economia muito pequena. Tem um PIB de 80 bilhões de dólares e 15 milhões de habitantes. O Chile

não pode se dar ao luxo de renunciar. Estava conversando com alguns jornalistas que me perguntaram o que será priorizado no Chile. Respondi que o Chile não pode se dar ao luxo de dizer: olhe, vou negociar com o Mercosul e vou me esquecer do resto do mundo. Ou vou negociar com a União Européia e, portanto, não vou negociar com os Estados Unidos nem vou sair do mercado Ásia-Pacífico. Não podemos. Talvez o Brasil possa fazer isso, porque tem uma economia muito grande, que é a sétima ou oitava do mundo, porque tem 180 milhões de habitantes, tem uma esfera de influência que talvez lhe permita tomar outras decisões diferentes das nossas. Cinquenta por cento do nosso PIB estão no comércio exterior. Por isso, sempre fomos de menos para mais, sempre dissemos: busquemos os acordos bilaterais para construir acordos multilaterais e, assim, poder enfrentar os desafios da globalização e, sobretudo, estabelecer o mesmo que estávamos dizendo há pouco sobre a questão da justiça penal internacional, e que também é válido para essas outras questões. Se não temos acordos, não temos sistemas, os pequenos sempre vão ficar desprotegidos. Se os Estados Unidos aplicam leis *antidumping*, como nos aplicaram nos últimos meses com relação ao vinho, à uva, ao salmão, à framboesa, o que podemos fazer? Podemos firmar um acordo com os Estados Unidos que estabeleça que eles apliquem a lei *antidumping* de acordo com uma norma? Mas não há nenhum sistema para regular isso. É impossível. Então, nesse sentido, repito, considero que a possibilidade de participar desses mercados está muito influenciada e potencializada pelo fato de fazer parte de conglomerados maiores.

O Mercosul sempre foi reconhecido como um dos poucos exemplos, no mundo emergente, de pacto importante. Infelizmente, nos últimos tempos diminuimos até mesmo os fluxos que tínhamos no início da assinatura do Mercosul, do Tratado de Assunção, e nos anos seguintes muitos desses fluxos diminuíram. Temos de recuperá-los, então. Evidentemente, negociar a Alca de forma isolada é muito diferente de negociar de forma conjunta. É muito diferente negociar com o Mercosul e, por exemplo, com os países andinos. Teríamos uma voz totalmente diferente.

Mas também não podemos renunciar ao fato de avançar nas negociações. O mesmo acontece no caso da União Européia. Como se disse muitas vezes, não podemos acompanhar o ritmo mais lento. Porque, se isso acontecer, vamos levar 30 ou 40 anos. Temos de assumir o ritmo mais rápido, daqueles que vão na frente. E se um país assina um determinado acordo, acho que ele abre o caminho para os países restantes, em qualquer mercado. Por exemplo, nós fomos... O México foi ponta-de-lança na Apec, depois entrou o Chile, depois o Peru, e agora estamos lutando junto com o México e com o Peru para que amanhã a Colômbia faça parte desse acordo. Porque estamos nessa área, há um fluxo importante de nosso comércio com a Apec e precisamos estar presentes lá. Além disso, é um mercado emergente, um mercado de grande desenvolvimento no século XXI, toda a área da Ásia do Pacífico. Acho, portanto, que nos ajudamos em vez de nos prejudicarmos. Parece-me também que a Alca vai se deparar com muitas dificuldades. Evidentemente, é muito difícil a discussão de um projeto de acordo no Congresso, porque eles gostariam que cada parlamentar negociasse cada cláusula do contrato, e isso é impossível. Por isso, fazer um acordo bilateral que depois terá de ser ratificado pelo Congresso, em que cada cláusula será examinada pelo senador do estado de Washington em função de algum detalhe, examinada pelo de Filadélfia, pelo do Maine, por outra... podemos passar anos nessa discussão... Então, tem de haver uma política do governo para definir condições para negociar. E, nesse sentido, é evidente que uma negociação conjunta de todos os países seria muito mais benéfica para nós do que uma negociação em separado.

ALMINO AFONSO:

Presidente, eu e vários dos que aqui estamos vivemos no Chile a hora amarga do golpe de Estado chefiado por Pinochet. Ouvir em sua exposição a afirmação, que eu diria categórica, de que está consolidada a democracia no Chile me deu uma satisfação compreensivelmente enorme. Venho lhe dizer duas palavras justamente quando já tantos

falaram e portanto boa parte das coisas que eventualmente me acudia perguntar foram respondidas. As perguntas que eu vou lhe fazer agora já estão respondidas. Ainda assim, permita-me que insista, dada a relevância de ambas.

Primeiro, a pergunta relativa à consolidação democrática é algo que me inquieta. Se não me engano, a Constituição de 1980, que foi consagrada através de uma consulta plebiscitária, prevê que os comandos militares não podem ser demitidos pelo presidente. Ou seja, são vitalícios, de certa maneira. Sem ser grosseiro, eu diria: Cria-se de uma maneira inequívoca uma certa tutela numa área extremamente sensível. Como isso pode ser superado? Sua última intervenção me parece que é um jogo de verdades. Não se faz uma transformação num país que enfrentou uma guerra intestina, foi mais do que um golpe de Estado, uma guerra intestina brutal, nós estávamos lá e vimos – não se transforma isso da noite para o dia, por deliberações de gabinete ou de proposições intelectuais. Não é fácil. Mas, ainda assim, fica para nós, brasileiros, e talvez sobretudo para aqueles que vivemos no Chile, esta inquietação: Como superar algo que nos parece uma tutela que a qualquer instante pode criar um problema de impasse? Creio que foi a companheira que ainda há pouco falou, a Lourdes, que mostrava que o Chile, se não nos enganamos, são três partes em termos políticos: a esquerda, a direita e o centro ou centro-esquerda, que imagino seja a democracia-cristã. Como essas três forças poderiam hoje contribuir para a superação, não diria definitiva, desses problemas que estou aqui entrevedo?

A outra pergunta Vossa Excelência também respondeu, mas eu vou insistir pela relevância do tema, que é o problema da Alca. Diz Vossa Excelência muito bem: Um país como o Chile, que não tem grau de desenvolvimento igual ao de outros países da América Latina, não pode limitar-se a um dos aspectos da consolidação do Mercosul, ignorando o quanto significam os Estados Unidos, etc., portanto não pode ignorar a Alca. O Brasil também não vai ignorar a Alca, é claro. Ignorar a Alca está acima das vontades nacionais, eu acho. Mas eu digo se, como Vossa

Excelência dizia há pouco, pudéssemos nós na América Latina concertar posições uniformes como, por exemplo, o problema da tecnologia que foi um exemplo brilhante de Vossa Excelência, teríamos outra força para influir em decisões que são significativas e mais importantes do que um problema meramente aduaneiro. Mas, se não podemos concertar essa união maior, se nos vemos na contingência de, de certa maneira, dividir-nos, fracionar-nos, não nos cria, com o tempo, um problema mais grave?

EDUARDO FREI:

Estou convencido de que o regime chileno está suficientemente consolidado na democracia, e não acredito em regressões autoritárias. Mas, evidentemente, essa questão tem de ser cuidada todos os dias. A democracia tem de ser cuidada todos os dias. É como o ar. Quanto ainda nos falta, meu Deus! Vimos, há poucos meses, como um barômetro latino-americano, uma pesquisa em que se perguntava aos cidadãos de quase todos os países da América do Sul sobre o sistema democrático. E houve um importante grupo de cidadãos – no caso do Chile eram mais de 40% – que diziam que não lhes importava o sistema democrático. Isso reforça a idéia de que temos de consolidar o sistema democrático de forma permanente. As pessoas que estão convencidas de que o sistema democrático é o melhor devem lutar todos os dias pela sua consolidação. Essa é uma questão fundamental. Vejamos a realidade que temos na América Latina. Não quero analisar cada país, mas vimos a situação que ocorreu, por exemplo, no Equador, nos últimos tempos, a situação em que vive a Colômbia, o caso da Venezuela, do Peru com a terceira presidência de Fujimori. Enfim, há situações que muitas vezes chegam ao limite. Não esqueçamos o que aconteceu também com o Paraguai.

Considero que o Chile é uma democracia consolidada, mas temos de nos preocupar com a consolidação da democracia todos os dias e preocupar-nos porque isso é como o ar, necessário todos os dias. E isso depende de todos. Sobretudo, depende dos dirigentes políticos e dos dirigentes sociais. Com relação à questão das nomeações dos comandan-

tes-em-chefe, concordo totalmente. Parece-me que, num sistema democrático, o presidente da República tem de ser capaz de remover um comandante-em-chefe. Poderá ser criado algum sistema, como hoje em dia está sendo estudado no Chile, mas o presidente deve ter a atribuição de demitir um comandante-em-chefe. Isso é indubitável num sistema presidencialista e portanto nós, nessa matéria, não temos nenhuma dúvida. De fato, a partir de 1990, nomeamos vários. Eu tive em muitos casos que nomear novos comandantes-em-chefe. Mas, repito: o presidente da República deve ter essa atribuição, como acontece em todos os estados democráticos do mundo. Além disso, na sociedade chilena atual, todos os setores estão propondo que algumas questões constitucionais sejam reformadas, porque já ficaram obsoletas, ou porque reafirmam o sistema democrático, ou porque ocorre outro fenômeno – artigos ou práticas constitucionais feitos sob medida depois explodem em nosso rosto. Isso aconteceu com os senadores nomeados, ou senadores institucionais, porque nós, desde 1990, não tínhamos maioria no Congresso. Quando assumi como presidente, tivemos maioria. Nesse momento, existe a possibilidade de que o presidente Lagos entre no ano de 2005, então parece que é preciso mudar a instituição porque não nos convém. Então, quando se acredita na alternância do poder e pensamos que, no futuro, podemos ser governo, então começamos a pensar: talvez essa Constituição feita sob medida não me convenha, tenho de mudá-la. Por isso, as constituições têm de ser democráticas e tem de haver o mais amplo consenso e elas não devem ser feitas sob medida, porque as coisas podem se complicar muito e o feitiço virar contra o feiticeiro...

Com relação à questão dos acordos e da Alca, insisto em que vivemos num mundo globalizado e é muito difícil pretender ficar de fora, a menos que fechemos nossas fronteiras. Estamos vivendo nesse bairro que é a América Latina e, quanto antes entrarmos em acordo, melhor. Quanto antes pudermos negociar as questões que propus em diversos momentos e nas diferentes perguntas, como as questões tecnológicas, de comércio, de serviço, que são fundamentais, no transporte de bens, no serviço de

peessoas, melhor. Acho que hoje em dia, para um profissional da nossa América Latina, às vezes é muito mais fácil ir estudar ou trabalhar nos Estados Unidos ou na Europa do que transferir-se de um país para o outro. Podemos avançar em muitas coisas e ter consciência de que, quanto mais unidos estivermos, mais seremos escutados e respeitados. Isso passa por uma decisão política dos governos e dos diversos segmentos da sociedade. Como comentamos há pouco, se não houver uma vontade dos diferentes setores da sociedade de se unir, é impossível que os governos façam isso sozinhos. O que eles têm de fazer é demonstrar sua vontade política, sua decisão de avançar nesses processos de integração, que fazem parte do mundo em que vivemos. O resto é tentar tampar o sol com a peneira.

FERNANDO GASPARIAN:

Presidente, vou voltar a falar sobre a questão da Alca. Para o Brasil, para a indústria do Brasil, para a economia do Brasil, a Alca é uma ameaça muito grande, porque na verdade os Estados Unidos, o país mais forte da região, impõe restrições, que inclusive não são aprovadas pela OMC. Não aceitam, por exemplo, importações de..., criam impedimentos não-tarifários para o suco de laranja, para o aço, para uma série de produtos que o Brasil pode exportar e, segundo os acordos internacionais, isso não deveria acontecer. No governo brasileiro, portanto, nas indústrias, na opinião pública brasileira, existe uma grande preocupação de que o Brasil não participe, não faça esse acordo da Alca. E há este caso, que o senhor explicou muito bem – a união dos países da América Latina seria muito importante, porque, por exemplo, se o Brasil ficasse fora da Alca, sozinho, isso criaria muitos problemas para o país, claro, porque o país precisa ter negócios como tem com os Estados Unidos, com os países centrais. O Almino Afonso falou muito bem sobre isso, porém eu me pergunto, é uma coisa política muito importante a posição do Chile. Quando Fernando Henrique foi à sua posse, eu também estive lá, e o senhor disse que o Chile estaria com o Mercosul, que este realmente

deveria expandir-se por toda a América do Sul. Essa seria a grande solução. E, de certa forma, o Brasil tem trabalhado para criar esse bloco que teria muita força. Gostaria que falasse um pouco mais sobre esse problema.

EDUARDO FREI:

Tal como disse em meu primeiro discurso como presidente da República, para nós eram vitais as relações com nosso entorno, com nosso bairro. E não só do ponto de vista dos acordos comerciais, mas na resolução de conflitos históricos. Por isso, tentei resolver os problemas com a Argentina e com o Peru e iniciei as negociações com a Bolívia. Hoje em dia, felizmente, elas tomaram um rumo muito positivo. Seria impossível falar em integração, em fluxo, se tivéssemos um conflito territorial de vários milhares de quilômetros, ou centenas de quilômetros, na fronteira. Isso foi o que fizemos. Simultaneamente, ninguém pode negar nosso compromisso com a América Latina, porque lutamos muito para entrar no Mercosul e tentamos fazer acordos comerciais com praticamente todos os países latino-americanos. Ou seja, fizemos um esforço muito sólido para consolidar em nossa região um acordo muito substancial. Mas eu entendo qual é a posição do Brasil e a compreendo, naturalmente, porque é uma economia totalmente diferente da nossa e, de alguma forma, o que o Brasil e o México fizerem irá marcar um pouco a pauta de negociações. O caso do México é diferente porque 80% ou 90% da economia mexicana de comércio exterior dependem dos Estados Unidos. E são empresas que estão praticamente do outro lado da fronteira, e milhões de mexicanos atravessam a fronteira todos os dias. Na minha opinião, há mais de um milhão de mexicanos que atravessam a fronteira todos os dias para trabalhar nos Estados Unidos. Ou seja, são realidades diferentes. Mas continuo convencido de que temos de buscar entre nós as visões, os projetos, e abrir o Mercosul, e não estagná-lo, como hoje em dia está estagnado devido à questão da união aduaneira. Sei que esse ponto não poderá ser mudado, é um fato, isso terá de acontecer enquanto

não houver convergência entre as diferentes realidades. Mas, como já disse, existe um amplo campo de trabalho. Poderia fazer uma lista de 20 ou 30 temas que obrigariam a uma união entre os países. Também reitero que, queiramos ou não, fazemos parte desse mundo, dessa realidade. Seja Alca, ou o nome que quiserem, temos de avançar num conjunto de sistemas institucionais, sistemas de arbitragem, porque, senão, os países desenvolvidos vão impor suas condições de forma permanente. Mas este é um processo que está começando agora.

Quando se fala de 2005, ninguém vai pensar que no dia 1º de janeiro de 2005 vamos estar com todos os sistemas resolvidos e com tudo em andamento. Considero isso um processo. Se observarmos, por exemplo, a experiência dos países europeus, eles começaram em 1958 com a Comunidade do Carvão e do Aço, então demoraram 40 anos para chegar ao estado em que estão. Ou seja, ninguém na Europa pretendia que em 1960, ou 1965, terminassem os subsídios agrícolas, mas... Passaram-se muitos anos até Maastricht e a coordenação das políticas macroeconômicas. Demorou... Maastricht foi assinado no final dos anos 80 ou início dos 90. Para chegarem a uma moeda única passaram-se dez anos desde o Tratado de Maastricht. Ou seja, esses são processos que, logicamente, devem ser adaptados à realidade de cada um de nós. Evidentemente, a realidade do Brasil é totalmente diferente da do Chile e de outros países. Mas, repito, não considero que, na questão da globalização e dos mercados, possamos pensar no curto prazo. Temos de examinar a questão e pensar: que vai acontecer em 2010? E em 2020? Qual será a realidade econômica? Qual será a fronteira? Por exemplo, hoje em dia se fala em dolarização. O Equador está dolarizado, na Argentina muitas vezes nesses meses que passaram se falou em dolarização. Então todos os países começam a dolarizar suas economias. Bem, e que vamos dizer amanhã aos Estados Unidos? Mas não falamos dessas coisas entre nós. Reitero o que já disse: nossos países não se reúnem para discutir esses temas. A crise chega e, na Argentina, Cavallo toma trinta medidas e nem sequer as comunica a ninguém, os países restantes ficam sabendo pela imprensa.

Assim não dá para caminhar juntos. Ou seja, tem de haver uma coordenação mínima nessas coisas... Pelo menos no que se refere à informação, para saber a que devemos nos ater. Mas me parece que não estamos fazendo isso.

PAULO DE TARSO:

Presidente, tenho duas perguntas. A primeira se refere à Concertación no Chile. Na época de Allende, isso seria impensável. O que aconteceu a partir daquele momento e que permitiu o entendimento entre os dois partidos? Seria o motivo bastante pragmático de que esta é a única forma de enfrentar as forças conservadoras? Seria alguma afinidade ideológica? Porque os partidos socialistas, como se sabe, deixaram de lado alguns dogmas e isso facilitou o entendimento com outras forças democráticas. Gostaria que o senhor explicasse isso, por favor.

A segunda pergunta é esta: Em 1996, o senhor assinou um importante acordo como presidente: "Importante acordo de complementação econômica Mercosul-Chile", com o objetivo de lograr "a livre circulação de bens e serviços", além de impulsionar os investimentos. Estão cumprindo esse acordo no atual governo? Está havendo uma contrapartida adequada da parte do Mercosul com relação ao Chile?

EDUARDO FREI:

Estou convencido de que a Concertación não obedece a muitos fatores, mas basicamente é um grande acordo político, primeiro para reconquistar a democracia, sem dúvida, mas em segundo lugar, como a experiência o demonstrou nesses anos, para construir um governo de maioria. Um dos grandes problemas que tivemos na América Latina foram os governos de minoria. Até poucos anos atrás, não havia segundo turno aqui, e muitos governos que tinham 30%, 35% ou 25% governavam seu país. Como se pode governar um país sem maioria parlamentar, sem partidos fortes para apoiar o governo, sem equipes humanas que estejam nas diferentes instâncias do poder? Por isso considero que a Concertación foi uma

construção política muito importante, o encontro entre dois grandes eixos, que são a democracia cristã e o Partido Socialista, e também foi importante pelos erros cometidos no passado, que nos levaram à situação pela qual o Chile passou. Ou seja, na concepção da Concertación também se pensou em retificar erros do passado, que levaram o Chile àquela situação. Então houve uma *affectio societatis* muito importante. E a importância maior de tudo isso, para além dos acordos políticos, porque se somarmos os militantes dos partidos políticos, eles representam menos de 5% da população. O que houve foi uma adesão muito grande da cidadania a esse projeto político. E cada vez que a Concertación sofreu alguma rachadura, ou disputa interna, o eleitorado foi muito duro, as pessoas foram muito duras, porque elas não aceitam esse tipo de ações, porque vêem que se trata de uma coalizão que fez o que era preciso fazer, que foi muito importante no país, e tem uma adesão cidadã que ultrapassa a soma dos partidos. A meu ver, isso obriga os dirigentes a ser extraordinariamente responsáveis e extraordinariamente transparentes perante a sociedade chilena com relação à coalizão que representamos. Em segundo lugar, considero que também temos de ser capazes de nos renovar. Ou seja, uma coalizão política que já está há onze ou doze anos no poder não pode continuar fazendo as mesmas colocações que fazia doze anos atrás, precisamente por aquilo que fizemos e construímos no país. Este país é totalmente diferente do país que recebemos em 1990. Devido à tecnologia, às mudanças que realizamos, a tudo o que aconteceu nesses doze anos, o país mudou. Então, como coalizão, para obter resultados importantes e porque as pessoas, como já disse, votam por uma história, mas votam também pelo futuro, precisamos fazer as propostas que a realidade nos exige hoje em dia. E este é um debate interno muito importante.

Na questão do Mercosul, por que falamos da declaração Ásia-Pacífico? Porque é o mercado mais emergente do mundo. Lá estão 60% do PIB mundial, 60% dos investimentos que chegam aos nossos países, isto é, pensando apenas na China, que hoje tem um bilhão e trezentos milhões de habitantes. Para o Chile, foi um grande esforço penetrar no mercado

chinês. Por exemplo, não penetramos no mercado da Índia, que representa mais de um bilhão de habitantes. O que estamos fazendo para colocar nossos produtos nesses mercados? Sempre que se pensava em integração física, na integração da infra-estrutura, nos corredores bioceânicos, pensava-se em levar rapidamente nossos produtos para o Pacífico, para que pudessem chegar a esses mercados. E me parece que isso não mudou, continua mais em vigor do que antes. Temos de continuar nessa linha porque a questão do transporte, do custo e da qualidade dos produtos certamente será muito importante nos próximos anos. Se vamos introduzir um produto no interior do Brasil não podemos dar toda a volta e demorar 30, 40 ou 50 dias para chegar aos mercados. Temos de ser capazes de chegar em 24 ou 48 horas. O sucesso da produção do salmão no Chile, que em dez anos se multiplicou por 100 – hoje em dia exportamos um bilhão de dólares em salmão e projeta-se chegar a dois bilhões – pode representar um segundo cobre para o Chile, digamos. Isso está baseado no quê? No fato de que o salmão é pescado à tarde e no dia seguinte está nos mercados dos Estados Unidos, porque é transportado na mesma noite de avião. Bem, essas são as coisas que temos de viabilizar se quisermos competir nos mercados estrangeiros. Então, considero que o objetivo do Mercosul com relação à região da Ásia-Pacífico continua vigente. Iniciamos uma reunião e me parece que os líderes de lá também percebem isso.

Quando o primeiro-ministro de Cingapura esteve no Chile, colocamos a iniciativa de fazer uma relação direta entre o Mercosul e os países da CEA, que são Cingapura, Coréia, não sei... Temos de ver essas coisas em conjunto. Avançou-se pouco nessa matéria, porém considero que é vital continuar fazendo algo. Não podemos nos dar ao luxo de esquecer esse mercado. Se somarmos a Índia, a China e o resto, temos quase três bilhões de habitantes. Ou seja, é um mercado impressionante para nós, que requer muito esforço, um mercado bastante fechado, mas com persistência e perseverança consegue-se penetrá-lo. Hoje em dia, o comércio exterior do Chile com a China está chegando aos dois bilhões de dólares, o que é

importante para o nosso tamanho. Isso foi fruto de um trabalho consistente dos últimos seis ou sete anos. Por que o Mercosul não pode estar nesses mercados? Isso pode acontecer, porque eles têm os mesmos problemas. Ou seja, Cingapura está tentando negociar um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, há muitas similaridades... A Coreia quer negociar com o Chile um acordo de livre comércio porque tem problemas muito semelhantes aos nossos para concorrer com a Comunidade Européia ou com os Estados Unidos. Então, por que não buscar essas parcerias que são convenientes para todos?

TULLO VIGEVANI:

Sr. Presidente, agradeço muito sua intervenção, que foi muito útil para nós. Acho que serei o último a falar e vou ser curto e tentarei não repetir perguntas, embora acredite que elas possam ser aprofundadas. Gostaria de lhe perguntar o seguinte: Como o senhor analisa historicamente, de forma retrospectiva, a decisão chilena de firmar um acordo de livre comércio e não se integrar ao Mercosul, quando a decisão dos presidentes, particularmente do Brasil e da Argentina, no momento de discussão dos acordos, era no sentido de insistir na incorporação do Chile ao Mercosul? Pergunto o seguinte: não as razões gerais do Chile, das quais o senhor falou muito, mas gostaria de entender exatamente qual é a atitude da sociedade chilena? Quais são as forças que se movimentam para uma maior integração ao bloco sul-americano, ou quais são as forças sociais e econômicas chilenas mais interessadas numa política de relações globais com todo o mundo, como o senhor disse em sua exposição? Pergunto isso porque tenho um problema que sempre me interessou muito: a economia chilena, mesmo com o trajeto dos últimos dez anos, ou vinte, ainda se baseia muito em alguns produtos fundamentais como o cobre, e produtos primários como as frutas ou, como o senhor acabou de acrescentar, o exemplo do salmão. A incorporação a um mercado regional não poderia estimular o desenvolvimento de uma atividade de maior valor agregado na economia chilena? Esta é minha pergunta.

EDUARDO FREI:

Historicamente, com um olhar de médio e longo prazo, é claro que a economia chilena era bastante fechada. Quando pensamos no Chile dos anos 60, era uma economia totalmente fechada. As exportações chilenas nos anos 60 praticamente não chegavam a um bilhão de dólares; eram até inferiores a isso, ou seja, pelas questões do transporte, das condições geográficas, da travessia da Cordilheira dos Andes. A partir dos anos 60, quando começou todo o desenvolvimento aéreo etc., as exportações chilenas eram muito limitadas, e o Chile – muitos escritores e muita gente diziam que o Chile era uma ilha – continua sendo uma ilha nesse sentido. Mas acho que isso mudou. Acho que, hoje em dia, não há nenhum pequeno ou médio empresário no Chile que não esteja consciente de que qualquer atividade ou iniciativa não tenha de levar em conta apenas o mercado chileno, mas também os mercados de fora. Por isso, atualmente, como já dissemos, mais de 50% do produto chileno estão no comércio internacional, o que representa uma cifra altíssima para nós e para a realidade latino-americana. Temos mais de seis mil produtos e devemos ter de quatro mil a cinco mil empresas exportadoras. Ou seja, para o tamanho da economia chilena, este é um imenso esforço. Parece-me que existe uma consciência muito clara no Chile. Além disso, muitos milhões de chilenos sabem que seus empregos dependem desse comércio exterior. Hoje em dia, ninguém discute essa realidade no país. Evidentemente que se discutem as questões da globalização, com suas virtudes, defeitos, vantagens, desvantagens, tudo isso, mas em geral acho que o modelo exportador da economia chilena é praticamente... e quando o presidente da República viaja – e ele faz isso habitualmente – viaja acompanhado de empresários, de dirigentes sindicais, de acadêmicos, todos eles muito representativos da sociedade chilena. Mas, pensando nesse esforço exportador, onde é que ele está? Claro que nos grandes produtos como o cobre ou outros, está nos mercados dos países desenvolvidos, mas o restante está nos mercados dos nossos vizinhos.

Se o senhor somar os investimentos – e eu mencionei uma cifra da ordem de 25 bilhões de dólares – onde estão esses investimentos das

empresas chilenas no exterior? Basicamente na Argentina, no Brasil, no Uruguai, no Paraguai, no Peru, na Bolívia, na Colômbia, nesses países. Há muito pouco fora disso. E os investimentos institucionais, em bônus. Portanto, não poderíamos dizer que, em geral, o empresariado chileno desconfia de seus vizinhos. Porque, se isso acontecesse, não estaria investindo. Estaria investindo em outras latitudes. Todos os investimentos das empresas chilenas estão no nosso bairro. Essa é uma confirmação adicional de que é o interesse das empresas. E com relação à questão de agregar valor, passar para uma segunda fase exportadora, essa questão afeta todos os países latino-americanos. Porque, em geral, continuamos exportando matéria-prima. Essa é a realidade. E o que é necessário para mudar isso? Sempre dissemos e reiteramos que é a ciência, a tecnologia, a adequação dos processos industriais, que não somos capazes de desenvolver. Isso exige um grande esforço dos países que, evidentemente, deve ser feito de forma conjunta. Por quê? Quando chegam grandes investimentos do exterior aos nossos países, eles não levam em conta a realidade local. Normalmente, um grande investimento tecnológico ou na área da indústria automobilística, ou um grande investimento de qualquer tipo, vem pensando no mercado do país em que se instalará. Ele pensa no mercado global e no mercado de toda a América Latina. A irrupção das empresas espanholas, por exemplo, no sistema financeiro, nos sistemas das telecomunicações; elas estão em todos os mercados latino-americanos. Isso é o que lhes interessa. Essas empresas, de acordo com o que discutimos sobre as negociações de sistemas financeiros internacionais etc., essas empresas vêm para o nosso continente, mas não vêm unidade aqui, não vêm comunidade de propósitos. Vão negociando país por país. E evidentemente isso nos deixa numa grande situação de desvantagem. Tomara que pudéssemos ter uma relação muito mais forte e sólida nesta matéria.

Numa das reuniões do Mercosul, não sei se disse isso antes, propus a criação dos centros científicos. No Chile, eles obtiveram enorme sucesso. Por que não criar no Chile um grande centro astronômico? No norte do

Chile temos os mais importantes centros astronômicos do mundo, e nem sequer podemos ocupar a parte chilena, porque estabelecemos por contrato com eles que 10% das horas do observatório serão ocupadas por peritos chilenos, astrônomos chilenos. Não temos capacidade científica para ocupar esses espaços. Bem, então transformemos e pensemos em termos de Mercosul... Vamos instalar um grande centro. Por que não pensamos em instalar um grande centro de matemática aqui, ou um centro de biotecnologia, definir isso em cada país? Se não fizermos isso, sempre vamos ficar para trás, na retaguarda do desenvolvimento científico moderno. Considero que as capacidades existem, mas muitas vezes não temos os volumes nem a economia de escala necessários para fazer isso separadamente. Talvez em alguns aspectos, sim, o Brasil, pelo seu tamanho, ou pelo seu volume, possa fazer isso, mas seria muito diferente trabalhar em conjunto um mercado de 400 milhões, ou 500 milhões, de pessoas. Hoje em dia, quais são as empresas que oferecem a maioria dos empregos? As pequenas e médias, em qualquer um dos nossos países. Certamente, esses produtos não vão para os mercados internacionais, mas para os mercados vizinhos. E vão para a América Central. Ou seja, há muita tarefa para fazer nesse sentido.

DEBATEDORES

Coordenador: **Fabio Magalhães**

Museólogo, estudou no Instituto de Arte e Arqueologia de Paris, atuou como diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo; secretário de Cultura do Município de São Paulo; assessor especial da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo; secretário de Apoio à Produção Cultural do Ministério da Cultura; diretor geral da Embrafilme, conservador-chefe do Museu de Arte de São Paulo - Masp, além de curador da segunda e terceira edições da Bienal de Artes Visuais do Mercosul. É diretor-presidente da Fundação Memorial da América Latina desde 1995.

Antonio Angarita

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, com especializações em Integração da América Latina e Economia Brasileira. Atualmente, é secretário de Estado do Governo e Gestão Estratégica. Foi secretário estadual interino de Agricultura e

Abastecimento, Cultura, Ciência e Desenvolvimento Econômico. Membro dos Conselhos Curadores das Fundações Cásper Líbero e Santos Dumont. Ex-presidente da Vasp, também foi professor, e diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas e consultor da Fundação para o Desenvolvimento Administrativo do Estado de São Paulo.

Gilberto Dupas

Coordenador-geral do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (Gacint) da USP; presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais – Ieei; professor da Fundação Dom Cabral junto ao European Institute of Business Administration – Insead (França) e à Kellogg Graduated School of Management – Northwestern University (EUA); foi professor de várias universidades brasileiras, nas áreas de Política Econômica e Planejamento Estratégico, bem como membro do Conselho da Fundação Getúlio Vargas, do Cebrap (Centro Brasileiro de Pesquisas) e do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados da USP. Foi secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento (governo Montoro), bem como presidente e conselheiro de empresas públicas, de empresas privadas e de fundações. Autor de vários livros nas áreas de economia, estratégia e desenvolvimento, dentre eles: *Alca e os Interesses do Mercosul*, *Economia Global e Exclusão Social* e *Ética e Poder na Sociedade da Informação*. Tem publicado mais de 400 artigos e ensaios em jornais e revistas especializadas.

Lourdes Sola

PhD em Ciência Política (Oxford) e livre-docente da Universidade de São Paulo. Consultora da Tendências Consultorias Integradas. É autora de vários livros na área de políticas públicas, dentre os quais: *Estado, Mercado e Democracia*; *Idéias Econômicas – Decisões Políticas – Estabilidade, Desenvolvimento e Populismo*; em colaboração com Luiz Carlos Bresser Pereira e Jorge Wilhelm: *Sociedade e Estado em Transformação*.

Roberto Teixeira da Costa

Economista, dirigente de empresas, foi o primeiro presidente da Comissão de Valores Imobiliários. Durante os últimos sete anos foi o presidente do

Capítulo Brasileiro do Ceal (Conselho de Empresários da América Latina). De setembro de 1998 a setembro de 2000 foi o presidente internacional do Ceal. É vice-presidente do Conselho Curador do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais). Faz parte do Board of Interamerican Dialogue of Washington.

Eduardo Kugelmas

Doutor e professor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Coordenador da área de política e economia da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política). Membro do Conselho do Núcleo de Estudos da Violência da USP e membro do Gacint (Grupo de Análise da Conjuntura Internacional) da USP.

Almino Affonso

Advogado; ex-deputado federal; ex-vice-governador do estado de São Paulo; ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social no governo João Goulart; ex-membro do Parlamento Latino-Americano.

Fernando Gasparian

Ex-deputado federal, participou da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, onde fez parte da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças; foi relator da Subcomissão do Sistema Financeiro e integrou igualmente a Comissão de Sistematização, além de ser autor de algumas emendas aprovadas. Foi superintendente da sede permanente do Parlamento Latino-Americano e membro de seu Conselho Consultivo. Atualmente, é diretor da Editora Paz e Terra, das Edições Graal e de D&F Agropecuária S.A, além de membro do GPI (Grupo de Política Industrial) da Fiesp.

Paulo Tarso Santos

Advogado, exerceu os seguintes cargos públicos: vereador de São Paulo, deputado federal, prefeito de Brasília, ministro da Educação e Cultura e secretário de Educação do Estado de São Paulo. Também foi diretor-presidente da Fundação Memorial da América Latina. Entre 1964 e 1970, viveu no Chile como exilado político.

Tullo Vigevani

Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp – campus de Marília), é pesquisador do Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea). Suas áreas de especialização são Política Internacional e História das Relações Internacionais.

Jorge Cunha Lima

Advogado, pós-graduado em administração de empresas, jornalista e escritor com as seguintes obras publicadas: *Ensaio Geral* (Ed. Martins), *Mão-de-Obra* (Brasiliense), *Véspera de Aquarius* (Paz e Terra) e *O Jovem K* (Siciliano). Como jornalista, foi diretor do jornal *Última Hora* (SP), fundador e diretor da revista *Senhor-Vogue* (1978), é ainda colaborador de jornais e revistas nacionais e internacionais. Exerceu diversas atividades públicas, entre elas: secretário de Estado das Comunicações do governo Franco Montoro (SP); secretário de Estado da Cultura no mesmo governo; presidente da Fundação Casper Líbero (TV, rádio, jornal e Faculdade de Comunicação); membro vitalício do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta; coordenador técnico do Projeto “Viva o Centro”; ex-membro eleito do Conselho da Bienal de São Paulo; membro eleito da diretoria do Masp. Presidente da TV Cultura; participou da criação do Grupo Biarritz, que reúne televisões da Europa Latina, e da criação da RTVLP (Rede de Televisões de Língua Portuguesa) ao lado da RTPÍ e de televisões africanas. Recebeu da Unesco o Prix Camera pela maior contribuição mundial na comunicação jornalística de televisão, no ano de 1995. Presidente da Abepec (Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais) e membro do Conselho Superior de Orientação Política e Social (Cops), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); delegado para a América Latina da Aited (Association Internationale des Télévisions d’Education et de Découverte).

Marcos Mendonça

Secretário de Cultura do Estado de São Paulo, é advogado e procurador da Prefeitura. Foi o criador, enquanto secretário municipal de Cultura, da primeira Lei de Incentivo Fiscal à Cultura, a Lei Mendonça, que serviu de modelo para

dezenas de leis semelhantes que surgiram em outras cidades e estados. Como vereador e deputado estadual, defendeu os direitos dos idosos, além de preservar patrimônios da cidade como o Parque do Ibirapuera e a Casa das Rosas. Como secretário de Estado da Cultura, tem ampliado os benefícios à cultura através de projetos, oficinas culturais, reformas da Pinacoteca, do Theatro São Pedro, da criação do Museu do Imigrante e do Complexo Cultural Júlio Prestes e Sala São Paulo, do Programa de Integração Cinema-TV, além de resgatar a cultura do interior paulista.

OPINIÃO

UMA REFLEXÃO SOBRE O GOVERNO DO EX-PRESIDENTE FREI

TULLO VIGEVANI

O mandato do presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle iniciou-se em 11 de março de 1994, sucedendo a outro integrante do Partido Democrata Cristão, Patricio Aylwin Azócar. Encerrou-se em 11 de março de 2000, quando passou o cargo a Ricardo Lagos Escobar, do Partido Socialista. Os três, integrantes da Concertação de Partidos para a Democracia, expressam o acordo que esses dois partidos, juntamente com três outros, fizeram no final da década de 80 para viabilizar a transição para a democracia. Eduardo Frei foi um dos impulsionadores da campanha nacional pelo “não” por ocasião do plebiscito convocado pelo general Augusto Pinochet, em outubro de 1988, visando um segundo mandato constitucional de oito anos. A partir desse momento, com a vitória do “não”, inicia-se o período de redemocratização do Chile. A transição teve características bastante peculiares: chegou-se a um acordo

com os militares, com garantias para os que tiveram responsabilidade no período ditatorial; preservaram-se algumas das reformas liberais do período de Pinochet.

Eduardo Frei Ruiz-Tagle, com participação na democracia cristã desde 1958, tendo sido o seu pai, Eduardo Frei Montalva, um de seus fundadores e presidente da República de 1964 a 1970, elegeu-se senador em dezembro de 1989, presidindo as Comissões de Finanças e de Orçamento. Em novembro de 1991, foi eleito, por grande maioria, presidente de seu partido. No final de 1992, foi indicado pelos democratas cristãos pré-candidato à presidência da República, concorrendo à indicação pela Concertación. Escolhido nas eleições primárias dessa aliança com 64% dos votos, iniciou sua campanha eleitoral, finalmente vencendo o pleito de dezembro de 1993, com 58% dos votos, tendo seu principal adversário, de direita, Arturo Alessandri, obtido 24%.

A economia chilena cresceu na fase final da ditadura militar e o ritmo foi mantido e acrescido ao longo da década de 90, durante a qual, como lembra Eduardo Frei, o produto nacional dobrou. Nos primeiros quatro anos de seu mandato, o desemprego diminuiu, voltando a crescer nos últimos dois anos. Apesar do bom desempenho da economia chilena, graves problemas sociais persistem, inclusive uma distribuição fortemente injusta da renda. Em seu governo deu-se prioridade à questão do ensino, à reforma do Estado e à descentralização. Importante dado para a análise macroeconômica, a taxa de poupança interna manteve-se com índices elevados quando comparada aos padrões sul-americanos, dando-se o mesmo com a taxa de crescimento das exportações. Apesar disso, deve-se assinalar que a dependência do Chile em relação a produtos primários continua alta, particularmente ao mais tradicional deles, o cobre, também a hortifrutigranjeiros e a produtos da pesca. No mandato do presidente Eduardo Frei, o crescimento econômico, o índice de inflação, o superávit fiscal e outros dados foram favoráveis, sempre que comparados com os demais países da região.

Em seu mandato, aceleraram-se as negociações para a participação em áreas de livre comércio, tema que se tornou central na perspectiva do país. Consolidando-se, com oscilações ainda não plenamente resolvidas, a opção pela adesão a diversas delas, sem privilegiar o Mercosul, como teria sido o interesse e o desejo do Brasil. Desse modo, em novembro de 1994, passa a integrar a Apec (Asia-Pacific Economic Cooperation); durante seu mandato, buscou acelerar a negociação para o ingresso no Nafta (North America Free Trade Agreement), assinando-se um acordo preliminar em dezembro de 1994, não consolidado; em dezembro de 1996, é assinado um acordo de livre comércio bilateral com o Canadá e em outubro de 1998 com o México. Em outubro de 1999, o Chile assina um acordo de livre comércio com os países da América Central. Com o Mercosul, é assinado em junho de 1996 o acordo para a criação de área de livre comércio.

O presidente Eduardo Frei foi protagonista de intensa atividade internacional, realizando-se em Santiago numerosas conferências, inclusive a Segunda Cúpula das Américas, em abril de 1998. Ao longo de seu mandato, a folgada maioria que detinha a Concertación no Congresso foi diminuindo, particularmente nas eleições legislativas de dezembro de 1997, obrigando a constantes e difíceis manobras nas relações com os militares e com os partidos de direita, que aumentaram o seu peso. O último período de seu mandato foi particularmente difícil, não apenas pelos sinais de recessão econômica, depois parcialmente superada, mas também pela importância internacional e nacional que adquiriu a detenção em Londres do general Augusto Pinochet, de outubro de 1998 a janeiro de 2000. Nesse episódio, o presidente demonstrou significativa capacidade de estadista, buscando equilibrar diferentes interesses, a defesa da soberania nacional, o reconhecimento da responsabilidade criminal do ex-presidente, as pressões de uma parte da opinião pública internacional, a opinião pública interna dividida.

No final de seu mandato, o sentimento favorável a mudanças fez-se sentir, fortalecendo a parte socialista na Concertación, que acabou ganhando

do o direito de indicar o candidato à presidência. O período presidencial do presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle foi certamente de consolidação da democracia e do modelo econômico e social, sem poder ao mesmo tempo superar alguns dos condicionamentos resultantes da forma tomada pela transição. As relações políticas externas com a Argentina foram melhoradas significativamente, assim como com o Peru.

FICHA TÉCNICA DO LIVRO

Co ordenação Editorial: Leonor Amarante

Revisão: Geraldo Gerson de Souza / Ana Candida Vespucci

Projeto Gráfico e Diagramação: Sergio Kodama

Digitação: Jacqueline Barsotti

Título: Presidentes e o Mercosul: Reflexões sobre a Integração

Formato: 16 x 23 cm

Número de páginas: 300

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão e Acabamento: Gráfica Bandeirantes

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA
Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664 - São Paulo/SP
01156-001 - Tel.: 3823-4600 Fax: (011) 3823-4611
Visite nosso site: <http://www.memorial.org.br>

Este livro foi composto nas fontes Times News Roman e impresso em papel alta alvura 90 g e cartão supremo em janeiro de 2003.



SECRETARIA DE ESTADO
DA CULTURA



ISBN 85-85373-43-1



9 788585 373436